



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Mariama Bamba

A “LEGITIMIDADE DE ENTRADA” EM
PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO:
O CASO DA ONGD - TESE NA GUINÉ-BISSAU

VOLUME 1

Dissertação no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais
(Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento) orientada pelo
Professor Doutor Bernardo Teles Fazendeiro e apresentada à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Janeiro de 2022



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Mariama Bamba

A “Legitimidade de Entrada” em projetos de desenvolvimento: O Caso da ONGD – TESE na Guiné-Bissau

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais — Estudos da Paz,

Segurança e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Economia

da Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de Mestre

Orientador: Professor Doutor Bernardo Teles Fazendeiro

Coimbra, 2022

Dedicatória

Dedico este trabalho às minhas queridas mães Fatumata Ly e Suncar Bamba, à minha sobrinha Mariama Amanda, ao meu primo Ludmar Mendonça, ao meu Mestre de Escola Corânica Ustaz Aladje Bubacar Djalo “in memoriam”, à minha prima Munha Baba “in memoriam” e ao povo da Guiné-Bissau.

Agradecimentos

Começo por agradecer às minhas duas mães Fatumata Ly e Suncar Bamba, ao meu querido pai Mamadu Bamba “in memoriam”, à minha irmã Muminatu Bamba, ao meu avô Sado Ly, à tia Fabriciana Semedo, à tia Maguete pelos valores que me transmitiram e pelo amor e carinho que sempre me dispensaram.

Quero agradecer também aos meus tios-avôs Mamadu Ly “in memoriam” e Abdul Baldé, aos meus tios Adulai Bamba, Suleimane Bamba, Braima Ducanda, Inussa Ly, Malique Ly, Orlando Tibna, Ibraima Ly, Kelefa Bamba e a todos os meus primos e primas pelo incentivo que sempre me transmitiram.

Ao meu orientador Prof. Doutor Bernardo Teles Fazendeiro pela atenção e conselhos que tornaram possível a conclusão desta etapa.

A todo o núcleo de professores de Relações Internacionais pelo ensinamento e formação prestada ao longo meu percurso académico na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Ao meu padrinho Américo Oliveira, aos meus amigos Henrique Pinhel, Ricardo Silva, Neusa Tambá e Daisy Ferreira, Céu Sousa, senhor Carlos Alberto Ferreira, Cláudio Ventura e aos meus colegas da OEGB-C, muito obrigada pela vossa amizade.

Às minhas antigas colegas da Residência António José de Almeida (RAJA 4E) Kelly Ferreira, Cíntia Silva, Célia Cavaleiro, Evadne Nogueira, Yolanda de Jesus, Edneyse Coelho e Flávia Moreira muito obrigada pela camaradagem.

Por fim, quero deixar aqui o meu agradecimento à TESE e em particular à Dra. Lara Espírito Santo, ao Dr. Domingos Tipote, diretor da ICANG, à ASPAAB e ao seu responsável, Senhor Mussa Sanhá, por toda a colaboração prestada, e também ao Senhor Dinis Gomes que me ajudou nas deslocações em Bafatá.

Muito obrigada a todos pelo vosso apoio e carinho que me deram nesta caminhada.

Epígrafe

Precisamos criar um mundo que seja justo, que seja estável e um mundo onde tenhamos em mente as necessidades dos outros, e não apenas o que precisamos imediatamente.

Estamos todos no mesmo barco.

Kofi Annan

Para cultivar a sabedoria, é preciso força interior. Sem crescimento interno, é difícil conquistar a autoconfiança e a coragem necessária. Sem elas, nossa vida se complica.

O impossível torna-se possível com a força de vontade.

Dalai Lama

A água é uma defesa contra problemas de saúde e uma resposta aos desafios da mudança climática.

António Guterres, ONU News

Resumo

A Guiné-Bissau tem sido abordada no sistema internacional como um país de Estado Limitado, ou com muitas áreas de Estado Limitado, devido aos vários fatores que o levaram a este ponto. Na sequência desta limitação, existem várias lacunas na prestação de serviços básicos onde o Estado não chega, como é o caso particular da água para consumo humano. Daí que existam várias organizações internacionais de caráter não governamental que tentam colmatar estas lacunas, como é o caso da TESE, uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) portuguesa.

A cooperação para o desenvolvimento tem sido, na verdade, uma forma de reduzir a desigualdade existente entre os países. Constatando a dificuldade do país na prestação dos serviços mais básicos, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) têm trabalhado nesse sentido, desenvolvendo esta cooperação nas várias áreas que fazem falta nos países, particularmente nos que apresentam mais dificuldades através de projetos de curta ou média duração.

É sabido que estes projetos de ajuda aos países destinatários, países dependentes da periferia, vêm dar resposta a carências graves das suas populações e que os mesmos não têm capacidade de o fazer pelos seus próprios meios. Tendo consciência disso, aceitam os projetos que lhes são facultados pelas Organizações Não Governamentais (ONG's) e esforçando-se para que o sejam segundo as prioridades por si apresentadas e, no seu entender, as que carecem não apenas de maior urgência como provocam um maior impacto junto das suas populações.

A dependência económica que se insere neste mundo bipolar - o centro onde se destacam os países mais ricos e a periferia onde se encontram os mais pobres, estes caracterizados por salários baixos e forte ligação às necessidades a cada momento dos países do centro -, não anda muito afastada da origem dos seus problemas e dos seus protagonistas, as suas empresa multinacionais, as elites e os governos dos países da periferia são apontados como responsáveis pela referida dependência (Roberts, 2015: 97-98).

Por outro lado, a importância quase nula na tomada de decisão dos países do centro face aos da periferia que caracteriza a dependência política, pode ser e é muitas vezes associada ao auxílio prestado pelas ONG's, mas esta não tem necessariamente que estar sempre presente. Sempre que haja de ambas as partes os cuidados necessários, quer quanto ao envolvimento das autoridades locais, definindo as suas prioridades e, por

outro lado, o respeito das ONG's envolvidas por estas mesmas decisões, sem exigências ou condicionalismos que afetem a imagem dessas mesmas autoridades junto das suas populações.

A Legitimidade de Entrada afigura-se, assim, essencial em Estados Limitados, sobretudo em antigas colónias, uma vez que os projetos externos podem exacerbar dinâmicas de neocolonialismo. Para evitar que tal aconteça, a Legitimidade de Entrada é estritamente necessária por forma a reunir todos os intervenientes locais e estatais internos e garantir a aceitação do projeto. Assim sendo, foram levadas em consideração neste trabalho de dissertação várias outras questões como o neocolonialismo tendo em conta que a Guiné-Bissau é uma antiga colónia portuguesa e o projeto de água que foi implementado em Bafatá, Guiné-Bissau, é de uma ONGD portuguesa. A Legitimidade de Entrada vem fortalecer o Estado, é a prova de que o Estado existe e está atento, interfere, deixa a sua marca e autoriza um ator externo a implementar os seus projetos que considerou válidos e de interesse para a comunidade. Só há, pois, Legitimidade de Entrada se houver consentimento por parte das autoridades guineenses.

Por fim, o estudo de caso de Bafatá, onde o projeto foi implementado e que atualmente está sob a jurisdição da Associação de Saneamento Básico, Proteção da Água e Ambiente de Bafatá (ASPAAB). É deste modo que o trabalho procura estudar como os atores que interagiram ao longo do projeto através da Legitimidade de Entrada, uma ferramenta muito importante para levar a cabo o projeto e fazer com que o argumento do neocolonialismo perca a força.

Palavra-Chave: Estado Limitado, Legitimidade de Entrada, Guiné-Bissau, TESE, Bafatá.

Abstract

Guinea-Bissau has been approached in the international system as a Limited State country, or with many areas of a Limited State, due to the various factors that led it to this point. As a result of this limitation, there are several gaps in the provision of basic services that the State does not reach, as is the particular case of water (for human consumption or for drinking). Hence, there are several international non-governmental organizations that try to fill these gaps, such as TESE, a portuguese Non-Governmental Organization for Development (NGDO).

Cooperations for development have been a way of reducing inequality between countries. Noting the country's difficulty in providing the most basic services, Civil Society Organizations (CSOs) have been working in this direction, developing this cooperation in the various areas that are lacking in countries, particularly in those with more difficulties through short or medium projects duration.

It is known that these projects do help recipient countries, peripheral and dependent that these organizations respond to the serious needs of their populations attempt to be met by these projects, these states often do not have the capacity to do it by their own means. Being aware of this, they accept the projects that are provided to them by the Non-Governmental Organizations (NGOs) and striving to do so according to the priorities presented by them and, in their opinion, those that not only need greater urgency but also have a greater impact on their populations.

The economic dependence that is part of this bipolar world – the center where the richest countries stand out and the periphery where the poorest are found, these are characterized by low wages and a strong connection to the needs of the central countries at all times -, is not going any further, far removed from the origin of its problems and its protagonists, its multinational companies, the elites and the governments of the peripheral countries are pointed out as responsible for this dependence (Roberts, 2015: 97-98).

On the other hand, the almost null importance in decision-making of central countries vis-à-vis those of the periphery, which characterizes political dependence, can be and is often associated with the assistance provided by NGOs, but this does not necessarily have to be always present. Whenever there is the necessary care on both sides, regarding the involvement of local authorities, defining their priorities and, on the other hand, respect for the NGOs involved in these same decisions, without requirements or constraints that affect their image authorities with their populations.

The Legitimacy of Entry is thus essential in Limited States, especially in former colonies since external projects can exacerbate neo-colonial dynamics. To prevent this from happening, Legitimacy of Entry is strictly necessary to bring together all internal state and local stakeholders and ensure project acceptance. Therefore, several other issues such as neo-colonialism were considered, taking into account that Guinea-Bissau is a former Portuguese colony and the water project that was implemented in Bafatá, Guinea-Bissau, belongs to Portuguese NGDO. The Legitimacy of Entry strengthens the State, it is proof that the State exist and is attentive, interfering, leaving its mark, and authorizing an external actor to implement its projects when they are considered valid and in the interest to the community. If there is consent by the Guinean authorities.

Finally, the case study of Bafatá, where the project was implemented, and which is currently under the jurisdiction of Bafatá Association for Basic Sanitation, Water Protection and Environments (ASPAAB). It is in this way that the work seeks to study how the actors who interacted throughout the project through the Legitimacy of Entry, a very important tool to carry out the project and make the neo-colonialism argument lose its strength.

Keyword: Limited State, Entry Legitimacy, Guinea-Bissau, TESE, Bafatá.

Lista de Acrónimos

ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas

APD - Ajuda Publica ao Desenvolvimento

ASPAAB - Associação de Saneamento Básico, Proteção da Água e Ambiente de Bafatá

BAD- Banco Africano de Desenvolvimento

BM- Banco Mundial

CAD - Comité de Assistência ao Desenvolvimento

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CNE- Comissão Nacional das Eleições

CPLP - Comunidades dos Países de Língua Portuguesa

DENARP - Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

DGRH - Direção Geral dos Recursos Hídricos

DRRHB - Delegação Regional dos Recursos Hídricos de Bafatá

FARP - Forças Armadas Revolucionários do Povo

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPAD- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

JMP - Joint Monitoring Programme

OECD - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

OI - Organizações Internacionais

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG - Organizações Não Governamental

ONGD - Organizações Não Governamental para o Desenvolvimento

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Organizações da Sociedade Civil

MEIRNGB - Ministério da Energia Indústria e Recursos Naturais da Guiné-Bissau

MICS - Inquérito aos Indicadores Múltiplos

MLG - Movimento de Libertação da Guiné

PAI - Partido Africano da Independência

PAIGC - Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde

PEC - Programa Estratégico de Cooperação

PIB- Produto Interno Bruto
PIC - Programa Indicativo de Cooperação
P3IP - Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRS - Partido da Renovação Social
RGPH- Recenseamento Geral da População e Habitação
SNV - Netherlands Development Organisation
TESE - Associação para o Desenvolvimento
UE - União Europeia
UEMOA- União Económica e Monetária do Oeste Africano
UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
UNIOGBIS - Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância
WASH - Water, Sanitation and Hygiene

Sumário

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Epígrafe.....	iv
Resumo	vi
Abstract.....	viii
Lista de Acrónimos	x
Introdução.....	1
Capítulo 1. Quadro teórico e conceptual.....	7
1.1 Neocolonialismo.....	8
1.2 State-Building e a Cooperação para o Desenvolvimento	11
1.3 Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)	12
1.5 Estado Frágil ou Falhado e Estado Limitado.	18
1.6 Legitimidade como conceito	20
1.7 Legitimidade de Entrada.....	21
1.8 Metodologia	24
Capítulo 2. Contextualização da República da Guiné-Bissau e a limitação do Estado.....	26
2.1 Breve História da Guiné-Bissau: das origens à independência.....	26
2.1.1 Contexto Político	28
2.1.2 Contexto Económico	29
2.1.3 Contexto Social	31
2.2 Instabilidade política.....	32
Capítulo 3. A água na Guiné-Bissau.....	35
3.1 Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).....	37
Capítulo 4. Estudo de Caso – A TESE em Bafatá	41
4.1 A cidade de Bafatá	43
4.2 ASPAAB.....	45
4.3 A TESE na Guiné-Bissau (Bafatá).....	49
Conclusão	56
Bibliografia	59
Anexos	70

Introdução

São muito frequentes as críticas à Cooperação para o Desenvolvimento com o argumento de que vai criar dependência nos países destinatários ou recetores das ajudas canalizadas através desta modalidade internacional. Acrescentam os críticos que isso criará também o género de um novo colonialismo de que esses países se tornarão dependentes.

Mas, na verdade, não tem de ser assim, porque se houver Legitimidade de Entrada as pessoas vêem que o ator externo interagiu com as autoridades centrais e locais e isto mostrará que não estamos perante um ato de colonialismo e o Estado destinatário ou recetor não será visto como enfraquecido ou dependente, muito pelo contrário. Por outro lado, o Estado também não se tornará dependente se o projeto de ajuda for executado com a sua participação não em termos financeiros, mas a nível de prestação de outros apoios face ao ator externo.

O processo de dominação económica e política que as potências capitalistas exercem sobre as antigas colónias africanas e asiáticas que ascenderam à independência formal durante os finais do século XIX e durante o século XX, é chamado de neocolonialismo.

O termo continua a ser usado para se referir à dependência económica que existe entre estas nações e os países mais ricos que se manifesta de forma multifacetada com a particularidade das “empresas multinacionais a serem encarregues com o papel de veículos do investimento estrangeiro como agentes dominantes do neocolonialismo” (Domatob, 1988: 153). Ou seja, a área onde o neocolonialismo tem mais influência é a económica de modo que as nações acima referidas são, na sua maioria, países em desenvolvimento.¹

Dentro do sistema internacional existe cooperação entre os Estados independentemente do tipo de estatuto que têm, mas dentro deste mesmo sistema de cooperação existe um modo de dependência de um país face ao outro, em particular os países em desenvolvimento. A maioria destes países que são beneficiários dos projetos de ajuda através da cooperação apresentam dependência económica de tal maneira que até

¹ Países em desenvolvimento, são países em que o padrão de vida se reside entre o baixo e medio e em que o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) também se reside entre o baixo e medio. Estes países apresentam na sua maioria a vulnerabilidade a nível social e económica.

para a execução dos seus orçamentos gerais de estado necessitam de ajuda externa. O neocolonialismo, pela sua própria natureza, veio reforçar a dependência por não perguntar aos interlocutores o que na verdade é necessário fazer, e acaba por ser uma imposição ao país destinatário, não se tratando aí de dependência meramente económica, mas também social e até política, exercendo o seu poder sobre o mais fraco.

No contexto deste trabalho estamos a retratar o Estado guineense como Estado Limitado, conceito bem desenvolvido por Stephen Krasner e Thomas Risse que também se debruçaram sobre o de Legitimidade de Entrada de que falaremos mais à frente. Recorremos a Risse para saber o que se entende por Estado Limitado numa definição curta mais esclarecedora: “Estado limitado, designado de parte ou área de um determinado país com as suas políticas específicas” (Risse *et al.* 2018: 405-406), e onde o Estado tem dificuldade em chegar e dar resposta as necessidades junto das suas comunidades.

É certo que a maioria dos Estados do sistema internacional contemporâneo não se caracteriza por serem Estados consolidados e em muitos Estados há áreas de estado limitado em que as autoridades centrais são incapazes de efetivamente executar as decisões. No entanto, áreas de estado limitado não são, necessariamente, espaços não governados onde nada é realizado e a anarquia hobbesiana reina (Krasner *et al.* 2014: 562), são, sim, áreas de governação em que Estado não consegue chegar, normalmente as mais básicas, como sejam o fornecimento da água potável,² a saúde e a educação. As causas desta limitação são variadas e podem ser encontradas nos conflitos, na instabilidade política e nas várias insurgências que acabam por levar o país a esta situação.

Constatando a comprovada incapacidade de alguns Estados de darem resposta a necessidades básicas à sua população, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) na sua maioria Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) nacionais e internacionais, têm trabalhado principalmente nas áreas do Estado Limitado para colmatar essas lacunas. No caso da Guiné-Bissau em particular, são várias as organizações que marcaram e continuam a marcar presença, tais como a TESE, uma ONGD portuguesa, a UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância e a ASPAAB - Associação de Saneamento Básico, Proteção da Água e Ambiente de Bafatá, todas elas

² É definida como água potável toda água cujo a sua qualidade química e bacteriana pode ser usada para beber ou cozinhar são aceitáveis (Gadgil, 1998:255).

a trabalhar no sector da água potável de modo a melhorar a situação da população guineense, com destaque para esta dissertação a população de Bafatá.

Sendo um Estado limitado, a Guiné-Bissau não deixa de ter a sua própria soberania internacionalmente reconhecida e respeitada e as anteriormente citadas ONGD que aí atuam aceitem e considerem extraordinariamente importante a Legitimidade de Entrada como condição prévia à sua atividade. A Legitimidade de Entrada, e de um modo mais geral podemos falar de legitimidade, como a aceitação pelos cidadãos do direito dos seus governos de os governarem sem fazer uso da coerção para a sua obediência ou aceitação.

Para os atores, como é o caso das ONGD, a Legitimidade de Entrada é uma condição prévia por um meio da participação do local acordada anteriormente com os governos nacionais para fornecimento dos serviços, ou seja, a transição da legitimidade por parte de uma comunidade local e o respetivo Estado é uma condição verdadeiramente necessária para que as intervenções externas em diferentes áreas de fornecimento de serviços possa ser caracterizada como exemplar (Krasner, *et al.* 2014:561-62). A legitimidade de entrada vem fortalecer o Estado, é a prova de que o Estado existe e está atento, interfere, deixa a sua marca e autoriza um ator externo a implementar os seus projetos que considerou válidos e de interesse para a comunidade. Resumindo, aceitar a Legitimidade de Entrada é a melhor forma de garantir que o projeto possa ter sucesso e o ator externo não ser visto aos olhos das comunidades e das autoridades centrais e locais como um ato de neocolonialismo.

Este trabalho de dissertação tem como objeto de estudo o fornecimento de água para o consumo humano, um bem essencial à vida e um direito declarado. O acesso à água e ao saneamento é uma condição prévia à vida, de vital importância para o desenvolvimento sustentável, à nutrição e à saúde, entre outros e, por isso mesmo, tem sido um desafio constante do Estado guineense. À semelhança da ASPAAB em Bafatá, existem outras associações de base cooperativa noutras cidades do país de modo a colmatar a lacuna existente no sector da água.

A escolha do tema recaiu sobre a água porque a Guiné-Bissau tem tido bastante dificuldade em garantir o acesso a água potável por parte dos seus cidadãos e que várias doenças infecciosas são provocadas por falta da água potável e a maior parte dos seus cidadãos recorrerem aos poços não protegidos para poderem abastecer as suas casas.

Neste âmbito a UNICEF tem desempenhado também papel muito importante no sector da água, entre outros.

Dentro das ONGD que desenvolvem trabalho na Guiné-Bissau, colmatando variadas lacunas, para este trabalho o nosso maior enfoque vai para a TESE. A TESE é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento que utiliza o conceito de Inovação Social como âncora da sua atuação em Portugal e em países em desenvolvimento, como seja na Guiné-Bissau, Angola, Cabo-verde, entre outros, com o enfoque nos sectores da água, saneamento e incluindo resíduos e energia, reconhecendo sempre o Estado como o ator central.

A TESE levou a cabo o projeto da água em Bafatá de modo a facilitar o “acesso à água potável através da implementação de um modelo sustentável de gestão do sistema de distribuição de água, seja ela através de ligações domiciliárias, seja através de fontanários públicos” (P3IP, 2016: 33), um projeto de gestão de base associativa financiada pela União Europeia (EU) e cofinanciado pelo Camões, I.P. em parceria com atores locais, no caso da ASPAAB, para a formulação e implementação de projetos.

Um dos seus maiores objetivos é um projeto de cooperação para o desenvolvimento que visa aumentar, de forma sustentável, o acesso a água de fonte melhorada na cidade de Bafatá, na Guiné-Bissau, onde apenas 45% da população dispõe dessa facilidade e a falta de acesso é considerada uma das maiores condicionantes do bem-estar (TESE, 2014).

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, no primeiro dos quais iremos debruçar-nos sobre o neocolonialismo - o que é e como se manifesta -, o state-building e a cooperação para o desenvolvimento, a ajuda pública ao desenvolvimento, as diferentes modalidades de Estado e como se caracterizam e, finalmente, a Legitimidade de Entrada, o que é e como se concretiza. No segundo capítulo analisaremos a situação da Guiné-Bissau, o seu contexto político, económico e social e a instabilidade política. No terceiro capítulo, será debatida a questão do fornecimento da água na Guiné-Bissau e como este sector tem funcionado com a ajuda das ONG, com destaque para a UNICEF. No quarto e último capítulo, iremos falar do projeto de água em si levado a cabo pela ONGD portuguesa – a TESE e das organizações locais envolvidas como é o caso da ASPAAB com o estudo de caso na cidade escolhida que foi Bafatá.

Os capítulos foram assim organizados de modo a compreendermos melhor alguns fenómenos como, por exemplo, o neocolonialismo fazendo sentido falar nele antes da

Legitimidade de Entrada porque sabemos que o neocolonialismo é anterior ao conceito de Legitimidade de Entrada e este último surge para que aquele não se perpetue. A Guiné-Bissau é um Estado que continua a ser dependente apesar da sua independência política e não é por as autoridades centrais e locais serem consultadas que o país deixa de ser um Estado dependente a nível económico e social. A nível político a Guiné-Bissau não pode dizer que foi vítima de neocolonialismo, porque ela própria foi consultada politicamente e é tratada durante toda a implementação do projeto como um Estado independente.

O que pretendo no fundo é olhar para a Legitimidade de Entrada como importante para impedir que haja neocolonialismo, porque vai permitir que a Guiné-Bissau seja vista como um Estado independente apesar de ter muita dependência económica, e os atores que lá entram, entram com aceitação das autoridades da Guiné-Bissau desde as autoridades centrais em Bissau e até as locais em Bafatá. Se as atuações de outros atores forem feitas como foi feita pela TESE, evitar-se-á a questão do neocolonialismo. Mesmo sendo dependente a nível económico, e continuará a sê-lo no futuro próximo, mas pelo menos a nível político já não se destaca essa dependência. Esta sua independência política dá-lhe visibilidade principalmente perante os seus cidadãos, com a certeza de que nenhum ator externo entra no país a fazer o que pretende sem a consulta prévia das autoridades nacionais.

Capítulo 1. Quadro teórico e conceptual

São várias as críticas que colocam em causa a Cooperação para o Desenvolvimento, entre as quais a de que poderá criar dependência no Estado destinatário ou recetor e mesmo criar um género novo de colonialismo, o neocolonialismo. Discordo dessa ideia. Na verdade, não tem de ser assim. Havendo Legitimidade de Entrada nos Estados limitados – um aspeto central desta ação – e a sua intervenção a ocorrer através do Estado Central ou Local, não haverá lugar a neocolonialismo.

A cooperação que será abordada neste trabalho ajuda a construir o Estado e a execução das suas funções principais, e não, como acontece com o neocolonialismo, em manter o Estado dependente. A chave do sucesso estará, pois, na existência de Legitimidade de Entrada que permite ao Estado ficar fortalecido perante a população que vê nas atividades desenvolvidas a sua presença e o sentimento de fazerem parte dele.

Para tornar a ideia mais clara, vou olhar para o programa da água na Guiné-Bissau e entrevistar as autoridades centrais e locais para aferir da existência de Legitimidade de Entrada e se as autoridades guineenses, tanto as centrais como as locais, foram consultadas e se não houve uma imposição do ator externo, no caso em apreço, a TESE, na implementação do projeto no sector de água em Bafatá que será o nosso estudo de caso a ser explorado no último capítulo. Por outro lado, também vou utilizar fontes secundárias e fazer a pesquisa de campo com entrevistas aos diferentes atores envolvidos na implementação do projeto de água na Guiné-Bissau.

O presente capítulo tem como objetivo abordar os seguintes assuntos, da maior importância para este trabalho de investigação: o Neocolonialismo, a Cooperação para o Desenvolvimento através de state-building e de que modo este modelo pode ou não criar a dependência no país beneficiário deste tipo de ajuda, e, por fim, a Legitimidade de Entrada como sugerido por Stephen D. Krasner e Thomas Risse como condição prévia para que a ajuda levada a cabo num Estado Limitado se concretize e tenha bons resultados.

Considero muito importante analisar e esclarecer o sentido de alguns conceitos, começando por analisar o que entendemos por Neocolonialismo e de que forma ele se manifesta ainda nos nossos tempos.

1.1 Neocolonialismo

O Neocolonialismo caracteriza-se pelo controle desprovido de uma simultânea política direta de controle económico de um país desenvolvido face ao país menos desenvolvido ou em desenvolvimento (Boateng, 2017:177). A expressão neocolonialismo é usada para descrever situações dos países desenvolvidos (países ocidentais) que ainda continuam a exercer a sua influência sobre as suas antigas colónias, através de domínio económico (Boateng, 2017:179). O neocolonialismo segundo o Boateng (2017), apresenta-se com as seguintes características:

Primeiro, em casos extremos, uma potência estrangeira pode estacionar suas tropas em um estado neocolonialista e controlam diretamente o governo. Segundo, a forma convencional é para uma potência estrangeira exercer o controle neocolonialista sobre um país em desenvolvimento via meios económicos ou monetários. Terceiro, o estado neocolonialista poderia ser restrito apenas a servindo de mercado para os produtos manufaturados do poder neocolonialista. Quarto, o poder neocolonialista poderia controlar a política governamental no estado neocolonialista através das contribuições financeiras para o custo de administração do estado neocolonialista (Nkrumah, 1965 *apud* Boateng, 2017:180).

Para Boateng, “as potencias neocolonialistas tendem a exercer os seus poderes e influência neocolonial sobre uma antiga colónia, mas nem sempre é o caso” (Nkrumah, 1965 *apud* Boateng, 2017: 180). Ou seja, o neocolonialismo é considerado uma nova forma do imperialismo³ onde as grandes potências impõem a sua vontade. No imperialismo não há consulta prévia por parte da potência imperialista face ao dominado.

Na verdade, o que estamos a assistir atualmente por parte de algumas opiniões publicas e até de académicos é de que a República Popular da China, embora não tenha sido no passado uma potencia colonial, como a maioria dos países ocidentais, para com os países africanos no sentido tradicional, mas, com a sua vasta influência a nível económico e financeiro, enquadra-se naquilo que é caracterizado como sendo uma potencia neocolonialista (Boateng, 2017: 180).

Nesta ordem de ideias, a independência de alguns países, nomeadamente dos africanos, é apenas de nome até porque não têm liberdade de ação. Por outras palavras,

³ Trata-se do controle de fracos por parte dos poderes mais ricos e não se processa necessariamente através de exercer os seus poderes diretamente (Stone, 1987:57). O termo é usado para se referir a relação que existia entre os países europeus (metrópole) e os países na sua maioria africana (periferia). O imperialismo se manifesta de seguinte maneira: através da dominação territorial, cultural e económica sob outros povos ou regiões.

estes Estados são peões das suas ex-potências coloniais (Domatob, 1988: 152). “De mesmo modo, o neocolonialismo tem usado outros mecanismos, como sejam o comércio de importação e exportação, investimento estrangeiro, ajuda externa e entre outros, com a particularidade das empresas multinacionais a serem encarregues com o papel de veículos do investimento estrangeiro como agentes dominantes do neocolonialismo” (Domatob, 1988: 153).

O neocolonialismo também pode ser considerado como uma extensão do anterior imperialismo, onde o neocolonialismo é usado como a última etapa do imperialismo. Apesar dos países serem oficialmente independentes, as ações dos imperialistas ainda continuam através da exploração dos recursos naturais dos países em desenvolvimento por parte dos países desenvolvidos. E para usar esta exploração o neocolonialismo serviu e servirá como a ferramenta para atingir os seus objetivos (Kwame Nkrumah 1957 *apud* Parenti, 2011:12). Segundo Parenti (2011), o neocolonialismo é uma “construção de um conjunto de políticas e ações de instituições incorporadas pelos modos e práticas do ocidente, com diversas formas da sua perpetração e diversos pilares com a especial particularidade para pilares económico, social, político e até mesmo psicológico” (Parenti, 2011: 13).

Os pilares descritos acima referidos são os mecanismos que tendem a perpetuar o neocolonialismo das nações mais desenvolvidas em face das mais pobres. Para Parenti, um dos mais importantes é o pilar económico, visto que a maioria dos países no contexto do continente africano apresenta a dependência principalmente a nível económico face aos países desenvolvidos do ocidente, dependência essa que se manifesta na satisfação das necessidades mais básicas como sejam a comida, os cuidados de saúde e até da roupa (Parenti, 2011:27).

A dependência dos países em desenvolvimento, nomeadamente dos africanos, face aos países desenvolvidos, poderá ser considerada uma consequência do neocolonialismo, até para lidarem com os seus problemas mais básicos dependem de ajuda, ajuda externa, e para que isso melhore, segundo Parenti, o continente africano e os seus países teriam de optar por uma relação de interdependência face aos países do ocidente (Parenti, 2011:35). Muito embora a dependência económica da Guiné-Bissau não se altere em resultado da intervenção de atores externos, do ponto de vista político a sua imagem sai reforçada porque o país é consultado e os atores externos cumprem as

regras ditadas pelas autoridades centrais e locais do país, retirando argumentos aos que veem na sua atuação uma fonte de neocolonialismo.

Como mencionado atrás ao referirmos os vários pilares de sustentação do neocolonialismo, podemos concluir que o neocolonialismo se manifesta de forma multifacetada de acordo com Onuegbu (2014),

O neocolonialismo na África é mantido através de contatos comerciais desiguais, contatos de investimentos, contatos de ajuda; e político subversivo contatos. Isso quer dizer que a relação comercial desigual que a África sofre, com o investimento estrangeiro que as empresas transnacionais representam na África, ajuda na forma de empréstimos e assistência ao desenvolvimento ultramarino para a África e a interferência política clandestina em processo de governança na África por “potências externas” são formas características de neocolonialismo (Onuegbu, 2014:132).

Finalmente, Devon Curtis (2013) chama a atenção para o facto de as atividades que são financiadas pelos atores externos poderem ser do seu próprio interesse e não dos países beneficiários. Refere ainda que um Estado só é plenamente aceite se repousar nos compromissos normativos dos seus cidadãos e não nas ideias ou interesses e modelos impostos pelos atores externos (Curtis, 2013:84).

A essência do neocolonialismo é que o Estado a ele sujeito, sendo considerado independente e possuindo todas as aparências externas da soberania internacional, na realidade, o seu sistema económico e a sua política são direcionados de fora para dentro, segundo Boateng (Boateng, 2017: 179). Estes aspetos negativos do neocolonialismo poderão ser mitigados de um modo substancial pela forma como os referidos atores externos se relacionam com os poderes centrais e locais dos países beneficiários, como sugerido por Stephen Krasner e Thomas Risse como mais à frente iremos analisar.

Resumindo, perante a situação da Guiné-Bissau com Portugal no contexto da implementação do projeto da TESE, se o Estado guineense não fosse consultado seria um ato considerado de neocolonialismo.

Conseguida a independência, mas não acompanhada de uma consolidação política, social e económica, muitos países recém-chegados à independência foram apoiados pela comunidade internacional e pelas antigas potências coloniais em particular, na forma que passamos agora a descrever.

1.2 State-Building e a Cooperação para o Desenvolvimento

O state-building é uma ferramenta de intervencionismo que ganhou relevância nos finais dos anos 90 do século passado com o surgimento de novos conflitos e, não os havendo, funcionando como um instrumento de consolidação a nível institucional dos estados. Em português traduzido como a construção do Estado é uma das questões mais importantes do sistema internacional contemporâneo, pois, na verdade, os Estados de organização instável são fonte de instabilidade (Egnell, 2010: 465-466). A construção do Estado pode ser considerada uma evolução das primeiras iniciativas de manutenção da paz pós-Guerra Fria. Os mandatos foram inicialmente relativamente limitados onde as prioridades envolvidas foram a realização de eleições, por exemplo.

O state-building passou a fazer a parte da primeira tarefa a ser executada nas sociedades pós-conflito com o objetivo de reconstruir o Estado, onde os protagonistas são normalmente os atores externos em colaboração com os governos dos países alvo para execução das atividades de modo a fortalecer as instituições administrativas, políticas e governamentais do Estado (Curtis, 2013:80-81). Por sua vez, a reconstrução ou construção de Estado poderá ser vista como uma solução para o desenvolvimento dos países, independentemente em que situação se encontra o Estado que é alvo de ação de state-building.

De acordo com Blanco, o state-building é um processo de engenharia social baseado na transferência de valores dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento de forma administrativa (Blanco, 2009: 7), onde há conflito, mas, como o trabalho que estamos a retratar evidencia, a intervenção não está baseada no âmbito do conflito, mas sim no âmbito do desenvolvimento.

Após deixarem de ser governados pelas potências coloniais, os países africanos, mesmo após as suas independências, não conseguiram ver concretizados os seus plenos direitos de soberania, onde a maior parte da população vive sob o limiar da pobreza. Com as baixas taxas de Produto Interno Bruto (PIB) e as estruturas muito limitadas, a maior parte da população, não consegue satisfazer as necessidades básicas, como sejam o acesso à saúde (Ntalaja, 2006:71) e a água potável, que é o nosso objeto de análise neste trabalho, e que irá ser discutido no último capítulo.

O state-building transformou-se num instrumento de construção do Estado principalmente como estratégia para estados frágeis, limitados e falhados. A política de

ajuda externa em formato de state-building tanto pode ter efeitos positivos como negativos. Como efeito positivo podemos referir o papel importante no fortalecimento das instituições de Estado. Como efeito negativo, o risco de criação de dependência a longo prazo (Khler, 2008: 08). O state-building é considerado como ação de caráter internacional levada a cabo pelos atores públicos e privados com o intuito de criar o progresso nos países em desenvolvimento, tendo como um dos objetivos principais a erradicação da pobreza e exclusão social dentro desses mesmos países (Ayllón, 2006: 7).

Fase importante do apoio da comunidade internacional, o state-building é condição necessária para o sucesso das ações que os países desenvolvidos e em desenvolvimento levem a cabo para ultrapassar as dificuldades económicas e sociais que os países beneficiários apresentam e que se pretendem resolvidos de uma forma sustentável e duradoura, como se caracteriza a Cooperação para o Desenvolvimento.

A Cooperação para o Desenvolvimento por sua vez inclui uma grande diversidade de fluxos: desde fluxos privados e donativos através de Organizações Não-Governamentais (ONG), até fluxos oficiais que incluem a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), (Ferreira, 2015).

Depois de termos abordado a questão do state-building e da cooperação para o desenvolvimento, de seguida iremos debruçar-nos sobre um dos temas de maior importância para esta dissertação, a APD, e de que forma é concretizada esta modalidade que também é um dos caminhos para o desenvolvimento almejado por muitos países. Embora a cooperação para o desenvolvimento seja importante neste capítulo, o foco principal deste trabalho é a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Assim sendo, passamos de seguida a analisar como se caracteriza.

1.3 Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) é definida pela Comité de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD), “como uma ajuda governamental que promove e visa especificamente o desenvolvimento económico e bem-estar dos países em desenvolvimento” (OECD, 2021), através de variadas modalidades, nomeadamente projetos de apoios técnicos, alívio da dívida externa e mesmo o apoio no orçamento dos Estados beneficiários.

A APD é a transferência não forçada de recursos de países doadores, principalmente países ocidentais para países beneficiários, na sua maioria países em

desenvolvimento, com o objetivo de os beneficiar pela ajuda e abrir caminho a um posterior desenvolvimento real e sustentável (Kabonga, 2016:32). Tarp define-a como o somatório de doações e empréstimos concedidos em ajuda aos países em desenvolvimento, “realizados pelo setor oficial do país doador, para a promoção do seu desenvolvimento económico e do bem-estar no país beneficiário e que em termos financeiros represente pelo menos um por cento dos seus recursos” (Tarp, 2006: 13).

São várias as motivações para que os países doadores ajudem os mais pobres como um instrumento útil na luta contra a pobreza. Os motivos dos doadores são complexos e variam de ajuda como caridade (altruísmo), a interesses estritos e nacionais e também de segurança (Tarp, 2006: 27). A ajuda, seja qual for a sua forma ou mecanismos usados, tem o seu lado bom que é o de ajudar quem mais precisa, mas também pode ter o seu lado menos bom por poder alimentar a dependência do país beneficiário, mas tudo dependerá da forma como é aplicado a tal ajuda.

Mas, para que a ajuda não crie essa dependência e seja eficaz “é necessário que a qualidade das instituições da governança dos países recetores da ajuda seja boa ou forte. Se assim não for, os países doadores devem reduzir os seus projetos de forma independente e integrá-los com os dos governos dos Estados beneficiários” (Declaração de Paris 2005 *apud* Bizhan, 2018:2).

A dependência de ajuda externa, como acima referimos, diz respeito à situação em que a ajuda, seja ela através de state-building ou através de outros mecanismos, representa cerca de dez ou mais por cento do PIB do país beneficiário e aquando da sua ausência o Estado beneficiário, na maioria dos casos os países em desenvolvimento, não consegue executar as suas funções mais básicas para com os seus cidadãos (Bizhan, 2018:3), dependendo quase sempre de ajuda externa para as satisfazer.

A ajuda concedida ao desenvolvimento, especialmente a destinada à redução da pobreza, é a forma mais comum de auxílio. No entanto, a ajuda externa desempenha três funções essenciais: económica, política e humanitária. Estes três domínios são inseparáveis e mutuamente dependentes. Sendo certo, que a ajuda externa pode promover o desenvolvimento no país destinatário, os meios disponibilizados por esta via são na realidade insuficientes para, por si sós, acabar com a pobreza extrema no mundo. A relevância aqui é saber como os projetos de ajuda têm a capacidade de obter benefícios positivos por um longo período de tempo depois que os recursos externos não estiverem mais disponíveis ou forem consideravelmente reduzidos (Kabonga, 2016:33).

Ao descobrir por que a ajuda falhou em outras partes do mundo, Kabonga reconhece a dependência como a principal razão. Os governos, na sua maioria africanos, criam dependência vendo ajuda contínua, permanente e confiável, negligenciando o planejamento adequado preparando-se para quando a ajuda é cortada ou quando os projetos de ajuda chegaram ao fim. Nesse cenário, os países africanos e não só os que beneficiam de ajuda permanecerão presos no círculo de dependência (Kabonga, 2016:34). Nesta ordem de ideias, de acordo com Kabonga,

A maioria dos países africanos depende de ajuda de doadores. Países como Malawi, Nigéria, Tanzânia e Ruanda têm metade de seus orçamentos apoiados por ajuda de doadores. Os líderes comunitários em (Kabonga *apud* Kabonga 2015) Chegutu distrito (Zimbábue) tornaram-se tão dependentes da ajuda dos doadores que eles percebem que todos os problemas que os atormentam o distrito requerem intervenção de doadores. O período de 2007 a 2009, quando o Zimbábue enfrentou desafios econômicos, viu as ONGs, através de ajuda de doadores, assumirem responsabilidades governamentais de prover serviços sociais como a educação, saúde e nutrição. Sem conhecer o papel das ONGs, as comunidades tendem a pensar que todos os problemas devem ser resolvidos com ajuda de doadores (Kabonga, 2016:35).

Verifica-se que esta dependência, tanto a nível econômico como a nível social, passa a ter o efeito bola de neve da qual a maioria dos países em desenvolvimento não consegue sair. No seguimento de uma nova onda de democratização global e por falha na governança dos Estados, as ONGs através da ajuda de cooperação para o desenvolvimento no âmbito do state-building ou de outra modalidade de ajuda, passaram a fazer parte chave do processo para alcançar o desenvolvimento que muitos países almejam dentro do sistema internacional, assumindo em algumas circunstâncias o papel de Estado, nomeadamente na prestação de serviços públicos.

Mas por outro lado, também é questionada a eficácia da ajuda tendo em conta que há cada vez mais divergências no modo como deve ser aplicada aos países destinatários, isto é, se é mais eficaz entregar diretamente a ajuda aos governos destes países ou se deverá ser feita através de ONGs nacionais e internacionais, organizações não governamentais e até empresas privadas, de modo a executarem os projetos de ajuda e através deste método melhorar a sua eficácia e não permitir a sua captura por parte dos responsáveis máximos dos países beneficiários. Canalizar a ajuda através das ONGs locais ou internacionais é uma das formas de evitar que o país em benefício seja dependente a longo prazo e fazer com que esta ajuda seja eficiente para aquilo que foi destinada.

Com toda a certeza, a ajuda pode ser útil e contribuir para o desenvolvimento económico e social na melhoria das condições de vida no país beneficiário caso seja bem direcionada e com os objetivos definidos, e como deve ser alcançado o tal objetivo, entre outras, a autonomia económica num longo prazo (Moss *et al.* 2005:4). Assim sendo, a ajuda deve ser considerada como um subsídio, algo que é temporário,

é suposta para fornecer assistência financeira temporária a fim de encorajar certos comportamentos: arrecadação de receitas, investimento em capital físico e humano e o estabelecimento das instituições de um estado desenvolvimentista. Existem claramente alguns casos onde a ajuda como subsídio desempenhou esse papel, por exemplo, na Coreia do Sul ou no Botswana nestes dois países a ajuda funcionou ao contrário da África Subsaariana, onde alguns países já entraram em sua terceira e quarta décadas de recebimento de volumes substanciais de ajuda onde já deixou de ser uma muleta (Moss *et al.* 2005:4).

Mas sejamos cuidadosos, um projeto de cooperação para o desenvolvimento pode exacerbar a dependência do país beneficiário se as suas instituições de Estado apresentam limitações ou fraqueza, ou se as instituições raramente são fortes, pode-se chegar a uma situação da dependência quando as autoridades do país perdem o poder face aos estrangeiros.

Para esta dissertação a dependência que é tratada é a nível económico e social. A maioria dos países em desenvolvimento que são beneficiários dos projetos de ajuda através da cooperação tem dependência económica e até para a execução dos seus orçamentos gerais de estado é necessária ajuda externa. Essa dependência acaba por fazer com que os países em desenvolvimento não sejam capazes de se comprometer na prestação até dos serviços mais básicos como seja o acesso a água potável por parte dos seus cidadãos. Por outro lado, se não forem traçados os objetivos dos projetos de dentro para fora, em vez de fora para dentro, e tendo em conta que a ajuda é temporária, isso também poderá criar uma situação de dependência.

Como é sabido, o neocolonialismo, pela sua própria natureza, veio reforçar a dependência por não perguntar aos interlocutores o que na verdade é necessário fazer, e acaba por ser uma imposição ao país destinatário, não se tratando aí apenas de dependência económica, mas também social e até política, exercendo o seu poder sobre o mais fraco. Para que não aconteça nem a situação de dependência e nem o neocolonialismo, seria necessário fazer primeiro uma consulta prévia aos interlocutores estatais e locais, medida indispensável para poderem colaborar e aceitarem como seu o projeto e não de forma imposta, como é o caso do neocolonialismo.

Durante a história recente entre Portugal e a Guiné-Bissau, foram assinados vários acordos no âmbito da cooperação para o desenvolvimento e APD. Logo de seguida iremos debater um pouco como funciona a cooperação portuguesa e quais os acordos foram assinados com a Guiné-Bissau ao longo dos anos.

A cooperação portuguesa e os acordos de cooperação para o desenvolvimento: os processos e as linhas de força.

A cooperação portuguesa esta inserida no leque de Instituto Camões, uma instituição publica que faz parte de Ministério de Negócios Estrangeiros. É responsável pela execução da política de cooperação portuguesa, em concordância com os eixos da política externa portuguesa e em sintonia com as orientações das instituições internacionais que regulam as áreas de ajuda e da cooperação, nomeadamente com o CAD da OECD, (Camões, 2021).

A cooperação portuguesa destaca-se em três áreas de atuação que passo a citar: Cooperação para o Desenvolvimento; Educação e sensibilização para o desenvolvimento; e Ajuda humanitária e de emergência.

A prioridade da Cooperação portuguesa está direcionada a nível geográfica para os Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, devido à ligação histórica que existe entre Portugal e estes países que são as suas antigas colónias, onde trabalha com vários atores estatais e não-estatais. A sua prioridade vai ao encontro das prioridades dos seus parceiros de cooperação, sem esquecer as da Agenda 2030.⁴ Do mesmo modo tem tido sempre em conta os documentos nacionais que definem a estratégia da redução da pobreza e dos seus programas de governação do país parceiro, como por exemplo o DENARP I e o DENARP II, ou como o mais recente Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do atual governo guineense.

Após a apresentação das características da Cooperação portuguesa passaremos a expor um pouco de como tem funcionado a cooperação para o desenvolvimento entre Portugal e Guiné-Bissau de acordo com o Programa Indicativo de Cooperação (PIC) e do Programa Estratégico de Cooperação (PEC). Lembramos que antes do PIC e PEC já tinham sido assinados vários acordos de cooperação entre os dois países, um dos quais é

⁴ A agenda 2030 definiu os 17 ODS, assinado pelos estados-membros que constituem a ONU em 2015 com a duração de quinze anos e é uma agenda criada para as pessoas e para a planeta. A ideia da sua criação é a sustentabilidade e uma ação a nível global desde a erradicação da pobreza até a proteção de planeta e melhoria de vida e perspectiva de todos em todos os lugares) [The Sustainable Development Agenda – United Nations Sustainable Development](#) .

o Acordo Geral de Cooperação e Amizade, assinado a 11 de junho de 1975 (Camões, 2008:13), um dos primeiros acordos logo após a independência da Guiné-Bissau.

Os dois países assinaram vários acordos de cooperação um dos mais antigos foi o PIC, em 2008, com a duração de dois anos, de 2008 a 2010. O PIC apresentava dois eixos estratégicos para as áreas da cooperação, a saber:

Eixo I - Boa Governação, Participação e Democracia

Eixo II – Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza

Estes acórdãos estão englobados num contexto de cooperação bilateral e que são e serão executados anualmente através de programas e projetos envolvendo os vários ministérios e autarquias e Organizações da Sociedade Civil (OSC), particularmente as ONGD portuguesas e também no quadro multilateral articulada com outras instituições internacionais, como é o caso da UE à qual Portugal pertence e também das agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU) (Camões, 2008: 12).

Concluído o PIC, um outro acordo de cooperação é assinado entre os dois países: o Programa Estratégico de Cooperação (PEC) a executar no período de 2015- 2020. Este PEC foi assinado em julho de 2015, em Bissau, pelos então Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Rui Chancerelle de Machete, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e Comunidades, Mário Lopes da Rosa. Tanto como o anterior PIC, o PEC 2015-2020 apresentava igualmente dois eixos que foram privilegiados:

Eixo I - Governação, Estado de Direito e Direitos Humanos.

Eixo II – Desenvolvimento Humano e Bens Públicos Globais.

Não estando claro se o PEC 2015-2020 foi completamente executado, um novo Programa Estratégico de Cooperação foi assinado, agora para o período de 2021-2025.

O PEC 2021-2025 foi assinado em janeiro do corrente ano, em Lisboa, pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, em representação do Estado Português, e pela Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e Comunidades da Guiné-Bissau, Suzi Carla Barbosa, em representação do Estado da Guiné-Bissau. Este acordo, com a duração de dois anos, foi assinado no âmbito de acordo bilateral no quadro de cooperação para o desenvolvimento para as diversas áreas alvo de intervenção, a saber: Educação e cultura; Justiça, Segurança e Defesa; Saúde, Assuntos Sociais e Trabalho; Agricultura, Pesca, Energia e Ambiente;

Infraestruturas, Economia e Finanças; e, áreas Transversais. Todas as intervenções que irão decorrer nestas áreas identificadas terão como objetivo final a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (PEC, 2021:4), e mesmo de alguns objetivos que são definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Guiné-Bissau.

De acordo com o Instituto Camões, Portugal tem sido o maior doador a nível bilateral da Guiné-Bissau, atingindo verbas consideráveis como podemos conferir no quadro abaixo. Nota-se também que há dois períodos em que houve ligeira diminuição no valor, justificada pelo período da instabilidade política que se vivia na altura no país. Recorda-se que em abril de 2012 houve mais um golpe de Estado seguido de um período de transição que se estendeu até a realização das eleições em meados de 2014.

2011	2012 a)	2013 a)	2014	2015	2016
9 829 376€	7 400 231€	6 054 326€	8 410 138€	12 324 146€	11 730 271€

Fonte: Instituto Camões (2021).

Temos vindo a referir a intervenção dos Estados no âmbito da cooperação. O Estado é o principal fornecedor do bem político como, por exemplo, a segurança, sendo o único com o monopólio do uso da força. Analisemos agora com mais pormenor o seu conceito e as suas variantes.

1.4 Estado

O Estado corresponde ao conjunto de instituições no campo político e administrativo que organiza o espaço de um povo ou nação. Para que exista o Estado são necessários os requisitos essenciais para a sua existência: a Soberania, o Território e a População. O Estado abrange os habitantes de um dado território e requer instituições governamentais, administrativas e repressivas para os proteger das ameaças externas e do caos interno (Isuani, 1984:36). Debrucemo-nos agora sobre as suas variantes e de que forma os Estados contemporâneos são classificados dentro do sistema político internacional.

1.5 Estado Frágil ou Falhado e Estado Limitado.

O Estado frágil ou falhado “é aquele que falha em defender a ordem social, em fornecer serviços básicos a todos os seus cidadãos e onde existe a presença de intervenção

militar externa ou está em conflito interno” (Miller, 2012: 2). De acordo com o Robert Rotberg (2003), os estados frágeis ou falhados caracterizam-se como locais de insegurança, onde existem disputas entre fações e tropas do governo, onde se encontram limitações na prestação de serviços para os seus cidadãos dentro do seu território, o nível de violência é elevado e onde as instituições estatais quase não funcionam. Os Estados frágeis ou falhados estão muitas vezes em conflito, em risco de conflito ou a sair de um conflito, sejam eles conflitos intraestatais ou interestatais. A nível económico, estes países costumam também ter resultados muito negativos ou pouco favoráveis para corresponder às necessidades da sua população.

Em países de Estado limitado as autoridades centrais não têm capacidade de implementar e fazer cumprir as regras e decisões associadas a todas as suas obrigações perante os seus cidadãos. De acordo com Risse a maior parte dos países tem áreas de Estado limitado, embora correspondam a estados internacionalmente reconhecidos. O “Estado limitado, é definido como parte ou área de um determinado país com as suas políticas específicas” (Risse *et al.* 2018: 405-406), no sentido de não conseguir dar resposta às necessidades que afetam os seus cidadãos dentro do seu território.

A área do Estado limitado abrange áreas semicoloniais dos séculos XVIII e XIX, onde o estado moderno foi introduzido de forma gradual, mas incompleta, onde o formato da governação é baseado em diferentes formas de cooperação entre diferentes atores estatais e não estatais de modo a fornecer bens e serviços à população (Risse *et al.* 2006: 5). Como é sabido, a maioria dos Estados do sistema internacional contemporâneo não se caracteriza por ser um Estado consolidado. No entanto, áreas de Estado limitado não são espaços não governados onde nada é realizado e a anarquia hobbesiana reina. (Krasner *et al.* 2014: 562).

Nestas áreas de Estado limitado algumas funções relevantes, como sejam o fornecimento de água potável e os cuidados de saúde e até a educação que tradicionalmente eram uma função associada ao Estado, foram assumidas por atores externos muito embora estes países sejam reconhecidos internacionalmente de forma legal como Estados soberanos, algo que é mais notório nos países em desenvolvimento como é o caso da Guiné-Bissau que é o objeto da nossa análise neste trabalho de investigação como analisarei no quarto capítulo.

O conceito de Estado limitado é também aplicável às áreas de um país em que as autoridades centrais carecem de capacidade de implementar e aplicar as regras ou existe

a falta de monopólio legítimo de violência. Em áreas de Estado limitado “os bens e serviços podem ser fornecidos por uma variedade de atores, alguns dos quais podem ser domésticos ou externos” (Krasner, *et al.* 2014:548-50), sendo que no estudo de caso desta dissertação vou concentrar-me na participação de um ator externo.

Nesta ordem de ideias, dos atores que podemos encontrar dentro do sistema internacional que fornecem bens coletivos nas áreas dos Estados limitados podemos referir as instituições financeiras internacionais, organizações internacionais, atores estatais, etc, todos eles com o intuito de construir ou reconstruir um Estado em áreas de Estados limitados através de projetos técnicos e medidas de fortalecimento institucional.

Mas, para que haja uma forma de ajuda por parte dos estados externos ou ONGs dentro de um Estado limitado, é necessário que haja uma legitimidade como forma de autorização por parte do Estado beneficiário. De acordo com Krasner e Risse, as formas de legitimidade são da maior importância para levar um projeto de ajuda nas áreas de Estado limitado, neste caso as duas formas de legitimidade (de entrada e de saída) são da maior importância. Para este trabalho de dissertação concentramo-nos em explorar a Legitimidade de Entrada como vamos poder analisar de seguida para compreendermos a dinâmica de como foi levado a cabo o projeto da TESE e se teve ou não a aceitação por parte dos governos central e local e também por parte da comunidade onde foi implementado o referido projeto (Krasner, *et al* 2014:556).

Vamos de seguida debruçar-nos sobre a Legitimidade de Entrada, um conceito da maior importância para a compreensão de toda a envolvência e consequências das relações entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e como a sua introdução veio dar a maior importância aos atores nacionais e aos seus verdadeiros interesses de modo a reduzir os efeitos negativos e já conhecidos do neocolonialismo.

1.6 Legitimidade como conceito

De um modo mais geral podemos falar de legitimidade como a aceitação pelos cidadãos do direito dos seus governos os governarem sem fazer uso da coerção para a sua obediência ou aceitação. Decorre, na verdade, de um verdadeiro contrato social entre o Estado ou governo e os seus cidadãos que poderíamos resumir “numa delegação de confiança dos cidadãos para com os seus governantes, ou uma confiança mútua entre ambas, mas por parte de quem governa espera-se que a obediência seja voluntária” (Levi *et al.* 2009: 355-356).

Segundo Risse, “legitimidade é ter uma condição necessária para uma governança eficaz e cria uma reserva de cooperação e que pode ser considerado como uma aceitação social. É vista como um reservatório de conformidade e cooperação a partir do qual atores de governança podem desenhar para fornecer uma governança mais eficaz” (Risse, *et al.* 2018:412-13). De acordo com Krasner e Risse (2014), existem alguns fatores determinantes para o sucesso de serviço público levado a cabo por atores externos dos quais se destaca a Legitimidade, da maior importância para este trabalho. Passo a citar Krasner *et al.*

As atividades exercidas por atores externos podem ou não ser consideradas legítimas pelos atores nos estados-alvo. O público politicamente relevante no estado-alvo deve aceitar a legitimidade dos esforços de organizações externas. Essa é uma condição necessária para a eficácia: sem legitimidade, não há sucesso. Com legitimidade, tarefas simples, que requerem um número limitado de intervenções de um único ator, podem ser realizadas mesmo com instituições modestas (Krasner *et al.*; 2014: 546-47).

Para este trabalho de dissertação foi dada maior relevância à legitimidade, e em particular à Legitimidade de Entrada, embora as restantes variantes não deixem de ser relevantes. Passemos, então, a analisar a Legitimidade de Entrada.

1.7 Legitimidade de Entrada

O sistema internacional é constituído pelos Estados, quase todos soberanos, independentemente se é frágil ou limitado. Caso haja algo de anormal dentro destes Estados, para que haja uma intervenção por parte dos atores externos (ONGs, Instituições Internacionais, etc), particularmente em ações humanitárias, é necessária uma forma de autorização, aquilo que Krasner e Risse caracteriza como Legitimidade de Entrada.

A Legitimidade de Entrada é uma condição prévia à participação no local acordada anteriormente com os governos nacionais para fornecimento dos serviços, ou seja, a transição da legitimidade por parte de uma comunidade local e o respetivo Estado para o ator externo é uma condição verdadeiramente necessária para que as intervenções externas em diferentes áreas do fornecimento ou prestação de serviços seja ele qual for, possa ser caracterizada como exemplar (Krasner, *et al.* 2014:561-62).

Como referimos anteriormente, neste debate pode afirmar-se que uma das formas de mitigar o neocolonialismo é assegurar a consulta prévia às autoridades centrais e locais no sentido de conhecer de perto as suas necessidades antes de implementar o projeto e assim sendo, em colaboração com as autoridades, o ator externo fica a saber mais sobre o que é necessário fazer, ao contrário de chegar e implementar sem auscultação o que

seria uma imposição, não haveria a Legitimidade de Entrada mas sim o imperialismo. Não se trata apenas, embora seja importante, de conhecer a realidade do país, mas, antes do mais, o reconhecimento e aceitação da autoridade do Estado em causa, facto político este da maior importância.

O que a Legitimidade de Entrada faz, como é sugerido pelos dois autores Krasner e Risse, é consultar os interlocutores locais, é dialogar ou pedir a autorização aos atores responsáveis para as diversas ações. Sai a ganhar a Legitimidade de Entrada e neste caso podemos considerar que não estamos na presença de imperialismo. É claro que continua a haver influência uma vez que um é, na realidade, mais poderoso que o outro. Os atores institucionais nacionais e as comunidades locais têm um papel crucial no que respeita à aceitação da execução de projetos ou ajuda levada a cabo por atores externos de forma a ser legítimo e adequado, mas estamos certos de que a aceitação é mais crucial por parte das comunidades locais (Krasner *et al.* 2014: 557).

A legitimidade transmitida por atores e comunidades nacionais ou locais é uma condição necessária, embora não suficiente, para intervenções bem-sucedidas de atores externos. Por esta razão podemos mesmo dizer que a Legitimidade de Entrada pode mitigar os efeitos negativos do neocolonialismo particularmente focados em interesses externos a estas comunidades. Pelo contrário, a falta desta mesma legitimidade pode até levar ao fracasso de bons projetos. Se um projeto de ajuda for implementado por atores externos gozando de uma Legitimidade de Entrada torna o seu sucesso mais fácil de atingir, particularmente quando a tarefa a executar seja simples (Krasner *et al.* 2014: 561).

Para que um ator externo possa melhorar a sua capacidade para prestar serviços nas áreas de Estado limitado, deverá garantir o cumprimento dos seguintes requisitos, de acordo com Krasner e Risse:

A legitimidade dos atores externos nos olhos das comunidades locais e dos *stakeholders*; a complexidade da tarefa ou serviço que está sendo fornecido; e o desenho institucional das estruturas de governança que fornecem os bens ou serviços. O acesso à água e ao saneamento, exige não apenas legitimidade local, mas também acordos altamente institucionalizados entre os atores externos e / ou entre estes e seus anfitriões locais (Krasner *et al.*; 2014: 555-565).

A Legitimidade de Entrada é uma pré-condição para uma governança eficaz em áreas de Estado limitado (Risse *et al.* 2018: 406). Ao falar da legitimidade, nomeadamente da Legitimidade de Entrada, no presente trabalho de pesquisa, considereirei muito relevante abordar a questão da governança em áreas de Estado limitado. Na verdade, podemos hoje

considerar que nestas áreas há uma partilha de governança entre as autoridades estatais e os atores estatais e não estatais, internos e externos, como sejam as Organizações Internacionais (OIs), e as ONGs. No que diz respeito a governança⁵ em áreas de Estado limitado, o Estado é apenas um governador de entre outros em que os atores não estatais, como as ONGs, as empresas multinacionais e as OIs, são tão relevantes quanto as estatais, mas para que essa governança ou soberania partilhada aconteça é necessário que haja uma aceitação em forma de legitimidade, principalmente por parte da comunidade local beneficiária (Risse *et al.* 2018: 407).

A legitimidade permite aos atores de governança executar as suas políticas mesmo não tendo apoios específicos, sobretudo nas áreas de Estado limitado (Risse *et al.* 2018: 405). Tanto as autoridades centrais e locais como a população local fazem parte do núcleo de interesses. De acordo com a proposta de Krasner e Risse, para que haja aceitação, a ajuda seja bem-sucedida e com o efeito positivo esperado e também para que o ator externo presente que está a executar o projeto no terreno se sentir mais confiante e com mais expectativa de atingir o seu objetivo, é necessário garantir a sua Legitimidade de Entrada.

Considerando, assim, as ONG's como atores da governança e “se os cidadãos veem um ator de governança como legítimo e o conteúdo das políticas ou serviços desse ator permanecem dentro dos limites do que os cidadãos consideram aceitável, eles continuarão a cumprir e a cooperar, mesmo quando não concordam com a totalidade das ações do ator de governança” (Risse *et al.* 2018: 407). De realçar também que a legitimidade de um ator externo pode ser favorável numa parte de um país e o mesmo ator externo pode sofrer de legitimidade fraca em outro lugar (Risse *et al.* 2018: 407).

A Legitimidade de Entrada vem, sem dúvida, fortalecer o Estado, é a prova de que o Estado existe, está presente e está atento, interfere, deixa a sua marca e autoriza um ator externo a implementar os seus projetos que previamente considerou válidos e de interesse para a sua comunidade.

Num contexto africano, por exemplo, também podemos destacar o poder das autoridades religiosas e chefes locais como algo muito pertinente para a obtenção da

⁵ A governança refere-se às regras, processos e comportamentos através dos quais os interesses são articulados, os recursos são geridos e o poder é exercido na sociedade. [Governança e governação - Ciberdúvidas da Língua Portuguesa \(iscte-iul.pt\)](http://iscte-iul.pt)

Legitimidade de Entrada na implementação dos projetos por parte das ONG's, tanto nacionais como estrangeiras. Risse deu o exemplo de “cidadãos do norte da Nigéria que viam os líderes religiosos como mais legítimos do que os atores externos que oferecem as vacinas, e seguiram os seus conselhos” (Risse *et al.* 2018:411). Deste modo, existem inúmeros atores locais relevantes para obter a legitimidade dentro dos Estados limitados, como sejam a autoridade religiosa, sentimento de pertença étnica ou régulos⁶ como é o caso da Guiné-Bissau que será o nosso objeto de análise no último capítulo desta dissertação.

São conhecidas as dificuldades do Estado guineense na resolução de problemas básicos da sua população, como sejam os da saúde, educação e outros, como o do fornecimento de água potável, o tema desta dissertação. Assunto de grande importância e muito sentido pela população local que, incapaz de o resolver sozinha, procura no Estado a resolução do problema. Incapaz de o resolver com os seus próprios meios, o Estado aceita a colaboração das ONG's, estudando com elas quer as questões relacionadas com prioridades como também as áreas mais carentes e com mais capacidade de lhes dar continuidade após a sua saída. É neste diálogo que todos respeitam que os beneficiários e as suas associações recebem os projetos das ONG's e o Estado guineense mostra a sua presença e influência, dando voz às populações que reconhecem nele os seus representantes, dali saindo reforçado.

1.8 Metodologia

Tendo em conta a importância do conhecimento do sentir das populações e dos diversos atores em presença, considereirei como fundamental auscultá-los na forma de entrevistas presenciais, sempre que possível, ou à distância, nas restantes situações. As entrevistas efetuadas para esta dissertação são muito importantes na medida em que se consegue aplicar na prática aquilo que Krasner e Risse designa de Legitimidade de Entrada, de modo a perceber como as partes envolvidas - a TESE, as autoridades centrais e locais, a ASPAAB, e até a população local -, se depararam com a implementação do projeto. Resumindo, a entrevista irá ajudar-nos a chegar a uma conclusão de como funcionou ou não a Legitimidade de Entrada no projeto da TESE em Bafatá.

⁶ Os régulos são reconhecidos como moralizadores das comunidades e uma autoridade tradicional. A sua figura foi criada há séculos com a sua sucessão em base da hierarquia.

A água potável é um bem essencial à vida e o acesso a ela é um dos direitos humanos reconhecidos pelas Nações Unidas, mas ainda não completamente assegurado nos países em desenvolvimento, ao contrário dos países desenvolvidos onde essa questão foi há muito resolvida. A falta da água potável ou segura para os consumos principalmente domésticos continua a provocar elevadas taxas de mortalidade infantil, sobretudo nos países em desenvolvimento e em particular nos da África subsaariana em que a maioria deles são conhecidos pela falta dos recursos, principalmente financeiros que poderiam canalizar para o tratamento da água.

Questão da maior importância esta que determinou a escolha do tema desta dissertação e a cidade escolhida para ser analisada foi Bafatá onde o projeto da ONGD a TESE, no âmbito da ajuda através de state-building e da cooperação para o desenvolvimento, foi implementado. A situação da cidade de Bissau também irá ser analisada, mas não de modo tão detalhado como a de Bafatá. O período temporal analisado é de 2009, ano de início do projeto, até a meados de 2021.

Capítulo 2. Contextualização da República da Guiné-Bissau e a limitação do Estado.

2.1 Breve História da Guiné-Bissau: das origens à independência.

A República da Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África, banhada pelo Oceano Atlântico, faz fronteira a norte com o Senegal e a Sul e a Leste com a Guiné-Conacri e é composta por oito regiões, a saber, Bissau, Bafatá, Bolama, Tombali, Quinara, Oio, Cacheu e Gabu, e estas subdivididas por 37 sectores, com uma superfície de 36.125km², em que se incluem inúmeras ilhas, a maioria das quais agrupadas no arquipélago dos Bijagós.

Sendo embora o português a língua oficial do país, a Guiné-Bissau é conhecida pelo seu mosaico étnico e cultural, por ser um país constituído por várias etnias e culturas distintas, tendo cada grupo étnico o seu dialeto ou a sua língua, mas onde o crioulo é uma língua falada quase por todos.

A Guiné-Bissau faz parte de várias organizações internacionais tais como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União Africana (UA), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e é o membro da Organização das Nações Unidas (ONU), estando ainda presentes no país delegações de várias organizações internacionais, nomeadamente a UE.

A história da Guiné-Bissau não é ainda suficientemente conhecida até à chegada dos portugueses em 1446, muito embora a variedade da sua composição étnica - fulas, mandingas, balantas, mansoancas, papéis, bijagós, felupes, mancanhas, manjacos, nalus, felupes entre outros, que se manifesta na sua diversidade cultural, nos garanta que foi destino procurado por muitos povos da região. Até ao princípio do século XVI os contactos com a população local foram escassos e o estabelecimento de portugueses teve lugar em espaços cedidos pelos chefes das comunidades. Por essa altura foi-se construindo também uma relação muito próxima com Cabo Verde em resultado não apenas da sua proximidade geográfica como também dos negócios de escravos que se estabeleceram pouco depois.

A ocupação do território só começa verdadeiramente cerca de cem anos após a chegada dos portugueses, já no período da Dinastia Filipina/Filipina,⁷ sempre a partir da foz dos seus principais rios Casamansa, Cacheu, Geba e Buda, e apenas em meados de 1588 foi fundada a vila de Cacheu, mas sob jurisdição de Cabo Verde, relação de dependência esta que só terminou nos finais do século XIX. Ao longo do século XVII foram fundadas outras povoações, mas só no final do século XVIII foi erguida a fortaleza de Bissau. O reconhecimento internacional da Guiné como pertencente a Portugal só foi estabelecido no Congresso de Berlim (1884-1885), no seguimento do que aí se decidiu em relação a outras possessões africanas associadas às restantes potências coloniais europeias. Tal não impediu que aos esforços portugueses para ocupar o território, as populações locais reagissem à colonização ao longo de todo este tempo.

Ao falarmos da história recente da Guiné-Bissau é difícil não falarmos do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado clandestinamente em meados de 1956 por Amílcar Cabral e vários outros compatriotas com o objetivo de tornar o país independente face ao colonialismo. Antes disso era apenas um movimento designado de Partido Africano da Independência (PAI), (Sousa, 2011: 184). Tal como o PAI, e, mais tarde o PAIGC, existiam vários outros movimentos criados para a luta da libertação nacional como é o caso do Movimento de Libertação da Guiné (MLG).

Segundo Julião Soares Sousa, o PAIGC foi criado com o intuito de se constituir como uma frente que integraria todos os movimentos e sensibilidades políticas existentes de modo a se organizarem e serem mais eficazes face ao inimigo (Sousa, 2011:210). Mas para o líder do PAIGC Amílcar Lopes Cabral, a luta acabaria por ser a única alternativa para que o país se tornasse livre e independente face ao colonialismo português. Essa decisão foi tomada pelo PAIGC quando este se apercebeu que não seria possível uma solução para a independência por via pacífica (Amado, 2005:120).

A guerra colonial ou do ultramar, também designada como a guerra da libertação nacional, ocorreu em quase todas as antigas colónias portuguesas como é o caso da Guiné-Bissau. Segundo Leopoldo Amado, essa guerra ou luta da libertação nacional está diretamente relacionada com a eclosão de vários movimentos dos povos criados no

⁷ Dinastia filipina, foi aquando do Portugal perdeu a sua independência nos meados de ano 1500 e o rei da Espanha, Filipe II acabou por herdar o trono português. [Dinastia Filipina - Convento de Cristo \(conventocristo.gov.pt\)](http://Dinastia Filipina - Convento de Cristo (conventocristo.gov.pt))

sentido das suas emancipações contra o colonialismo que se vivia na altura (Amado, 2005:117). Essa guerra decorreu no período de 1964 a 1974, onde a Guiné-Bissau contou com vários apoios ocidentais e do bloco Comunista, como também da parte de vários outros movimentos que se solidarizaram com o PAIGC, por considerarem igualmente a dominação colonial como algo de ilegal (Amado, 2005:118).

Finalmente, consideramos também muito importante realçar um acontecimento marcante na história da Guiné-Bissau, o Massacre de Pindjiguite,⁸ na verdade, um acontecimento importante que não podemos deixar de mencionar. Foi um dos momentos-chave que antecederam a Luta da Libertação Nacional, um dos motivos mais fortes para o posterior desencadear da luta, de modo rápido e em várias frentes. A frente Sul foi a primeira, seguida da frente Norte e, na sua última fase, a frente Leste, iniciando-se a luta de libertação sobretudo nas zonas rurais nos meados de 1963. Seis anos depois, dois terços do território da Guiné-Bissau deixou de estar sob o controle de Portugal (Amado, 2005:120), culminando com a conquista da independência em 1973.⁹

Alcançada a desejada independência nacional, a Guiné-Bissau teve pela frente inúmeras desafios que enfrentou em contextos complexos que passarei a analisar.

2.1.1 Contexto Político

Ao longo da sua história pós-independência que veio a ser declarada em 1973, por parte de PAIGC, de forma unilateral, desde então a Guiné-Bissau passou por várias insurgências. A situação política do país manifestou-se frequentemente instável, instabilidade essa que levou a que o país seja considerado a nível internacional um dos Estados mais limitados do mundo e também um dos mais pobres.

Recorda-se que desde 1974 a Guiné-Bissau passou por várias insurgências políticas e várias eleições livres (African Development Bank, 2015: 2). Após a eleição de 2014, o país enfrentou mais um novo impasse político de 2015 a 2019, com vários governos e vários primeiros-ministros. O governo que saiu das eleições em 2014 tinha conseguido reunir em Bruxelas uma mesa-redonda de doadores internacionais que disponibilizaram fundos no valor de 1,2 mil milhões de dólares (USD) para o apoio ao

⁸ Aconteceu no dia 3 de agosto de 1959 quando os estivadores e marinheiros do porto de Bissau reivindicavam os seus direitos recorrendo à greve como forma de protesto e foram reprimidos de forma violenta causando várias vítimas mortais.

⁹ Existe duas datas da independência da Guiné-Bissau. Estas duas datas devem-se a declaração por parte do PAIGC no dia 24 de setembro de 1973, unilateralmente, e a outra data foi o reconhecimento por parte de Portugal em 1974, a pós a revolução de abril.

seu programa de governação “*TERRA RANKA*”, mas devido a constante instabilidade política existente no país o seu desembolso foi adiado até aos dias de hoje (African Development Bank, 2020: 1).

A situação que levou à limitação do Estado guineense já vinha de muitos anos, desde golpes de estado, exonerações, quedas de governos e até ao conflito político-militar de 1998 (Soares, 2013: 123-128). Todas estas insurgências vieram limitar o país e as suas instituições, provocando graves repercussões no contexto económico e social que o índice Ibrahim de Boa Governação em África que reflete a indicadores que vão desde a segurança à educação e da participação cívica ao ambiente dos negócios, mostra com evidência quando coloca a Guiné-Bissau no lugar 41 num total de 54 países analisados (Mo Ibrahim, s.d. 2020: 21).

Para além disso o país viveu em 1998 uma guerra civil que fez centenas de vítimas mortais e provocou vários deslocamentos populacionais para os países vizinhos e até para a Europa. Este conflito que opôs o então presidente João Bernardo Vieira e o brigadeiro-general Ansumane Mané, presume-se que foi o resultado de sérias divergências políticas a que se podem somar os abusos de poder e a corrupção, acabando por envolver as forças armadas, como chamaram a atenção vários estudiosos da realidade guineense (Sangreman *et al.* 2006: 25).

A Guiné-Bissau já passou por vários golpes de Estado, o último dos quais em 2012, e várias exonerações onde dificilmente os presidentes ou primeiros-ministros terminam os seus mandatos para os cargos que foram eleitos. Apesar disso há a registar a existência de várias eleições livres, as últimas das quais - presidenciais e legislativas – tiveram lugar no ano de 2019. A instabilidade política do país tem naturalmente afastado os doadores e provocado a suspensão das operações de outros, como foi o caso do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) depois do golpe militar de 2012, enfraquecendo ainda mais o país na sua capacidade de enfrentar os desafios internos e externos com que se defronta. A situação veio a melhorar um pouco depois das eleições de 2014 e da nova ordem constitucional daí resultante, com reflexos no regresso de alguns desses doadores.

2.1.2 Contexto Económico

Debrucemo-nos agora sobre o contexto económico. A economia do país caracteriza-se do modo que passamos a referir, dividida pelos sectores: i) Primário - comercialização da castanha de caju, pesca e aquacultura, pecuária e caça, silvicultura e

exploração florestal; ii) Secundário - agroalimentar, eletricidade e água, atividades extrativas, obras públicas, etc, e no iii) Terciário é constituído pelo comércio, transporte, informação e comunicação, entre outros. De sublinhar que a maior parte da economia do país se concentra na produção e comercialização da castanha de caju que é o meio de subsistência de inúmeras famílias guineenses.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da Guiné-Bissau para o período de 2015-2019, atingiu os 5,4% (African Development Bank, 2020: 3). Se olharmos para os anos anteriores ao último golpe de estado de 2012, a taxa do crescimento do PIB estava situada nos 8,1% em 2011, o valor mais elevado desde 2010. Em 2018, o crescimento do PIB estava a rondar os 3,9%,¹⁰ e em 2012, o ano do já referido golpe de estado, a taxa de crescimento era apenas de 1,7%, ou seja, houve uma quebra abrupta e, mais uma vez, o crescimento económico interrompido por consequência de mais um golpe de estado (INE, 2018:1).

O tecido económico da Guiné-Bissau é muito frágil devido às consequências da instabilidade política. O seu motor de crescimento continua a ser a produção de castanha de caju sendo que 95% da sua produção é exportada em bruto e apenas 5% é transformada a nível local (African Development Bank, 2015: 3). Por outro lado, a sua economia não tem conseguido aproveitar as oportunidades que o mercado proporcionado pela Comunidade Económica da África Ocidental (CEDEAO) a que pertence, lhe poderiam proporcionar. Prova disso é o reduzido peso das exportações do país para este espaço económico, muito abaixo da média dos países que a compõem.

Os parceiros económicos da Guiné-Bissau não são muito diversificados. O país exporta essencialmente castanha de caju para a Índia, que absorve mais de 70% das suas exportações, seguida do Vietname, China, Togo e Costa do Marfim. Os seus fornecedores são essencialmente Portugal, com quase 30% do valor das importações, seguido do Senegal, China, Espanha e Paquistão (ANEME, 2018:48).

Incapaz de gerir receitas suficientes para fazer face às suas despesas, o país é conhecido também pelo seu alto nível de endividamento externo e não consegue mobilizar recursos monetários internos devido à sua limitação já conhecida e à instabilidade política. Segundo African Development Bank (2015: 3)

O rácio da dívida pública global permanece abaixo, graças às iniciativas de redução da dívida de que Guiné-Bissau beneficiou em 2010 e 2011 pelo Fundo

¹⁰ Não encontrei novos dados.

Monetária Internacional (FMI), Banco Mundial (MB). A dívida pública pendente passou de 54,6% do PIB em 2016 para 48,9% em 2018 e projeta-se que caia para 47,7% em 2019. A relação dívida externa/PIB era de 22,4%, maioritariamente detida por parceiros multilaterais e bilaterais que têm projetos em implementação e requerem contrapartidas financeiras. A dívida interna correspondendo a 26,5% do PIB, é constituído principalmente por atrasos acumulados de 1974-1999 e 2000-2007.

O país apresenta uma notória vulnerabilidade económica causada igualmente pela sua dependência da agricultura e da cultura do caju em particular, sendo esta a principal fonte de receitas de exportação e parte significativa da receita pública. A economia informal domina o sector privado de modo que é difícil para o Estado controlar as atividades e as receitas deste sector. Em 2009 só havia 75 empresas registadas no país no sector privado (DENARP II, 2011:15).

2.1.3 Contexto Social

Segundo os “resultados do Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza (ILAP) de 2002, 64,7% da população do país sofre de pobreza absoluta (rendimento inferior a USD 2 por dia) e 20% de pobreza extrema (rendimento inferior a USD 1 por dia)” (DENARP, 2011:30).

O Estado guineense tem tido imensas dificuldades em cumprir com aquilo que são as suas responsabilidades para com os seus cidadãos, nomeadamente no que diz respeito aos serviços de saúde, educação e, em geral, ao acesso aos serviços básicos. A nível de saúde, a situação é preocupante. De acordo com Segundo DENARP II “em 2005 apenas 38% da população tinha acesso a um serviço de saúde de qualidade” (DENARP II, 2011: 18). Segundo dados de Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS 2010), a mortalidade materna é uma das mais altas na sub-região em que se insere, uns 818 óbitos por cem mil nascimentos.

A nível da educação a realidade não é menos preocupante e, como em quase todas as outras áreas sociais, a sua melhoria tem sido um desafio enorme para o Estado guineense, que se confronta com uma população adulta fracamente alfabetizada, a maioria da qual residente nas zonas rurais. Em 2009, a taxa da alfabetização era de apenas 56 %. Por outro lado, também existem muitas situações de abandono escolar e repetências, uma evidente consequência dos elevados custos da educação e de formação das crianças que os pais não têm capacidade de suportar (DENARP II, 2011: 20-21).

Na Guiné-Bissau a elevação do nível da escolaridade da população ajudaria muito à melhoria da sua situação económica dado que, como refere DENARP II, “o risco de ser pobre diminui para as famílias onde o chefe é escolarizado; um nível secundário de educação confere uma chance de escapar a este fenómeno” (DENARP II, 2011:30). Por outro lado, existe um fraco desempenho dos alunos também devido à instabilidade do sector docente com frequentes situações de greve causadas pela falta de pagamento dos seus salários. Desde 2019 que se assiste a uma constante onda de greves por parte do corpo docente que a pandemia do Covid-19 ainda vem agravar mais a situação do ensino devido à falta de acesso de alunos e professores em equipamentos informáticos que podia permitir o ensino à distância e compensar as interrupções letivas presenciais.

Relativamente ao Desenvolvimento Humano, a Guiné-Bissau tem obtido pontuações muito baixas. No último relatório de Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) do ano 2020, o país esteve na posição 175 dos 189 países que faziam parte do relatório, integrando a categoria dos países com o Desenvolvimento humano baixo (PNUD, 2020).

2.2 Instabilidade política

Neste trabalho, vamos debater a situação da Guiné-Bissau como sendo um Estado Limitado e também frágil. Frágil no sentido de não ter a capacidade para cumprir as suas funções que tradicionalmente são associados ao Estado e que a longo prazo poderá levar a um verdadeiro desenvolvimento.

Segundo Baldursdóttir *et al.* (2018, *apud* Einarsdóttir 2007, 2011; Shaw 2015; Vigh 2017), “a Guiné-Bissau tem sido referido como um país de parceria difícil, estado frágil (fragilidade essa que levou a sua limitação como Estado) órfão de ajuda e até de narcoestado” (Baldursdóttir *et al.* 2018:529). O país tem tido vários problemas ao longo do seu histórico um dos quais, atrás mencionado, o de ser associado por alguns autores ao “narcoestado” e que merece a nossa atenção. De acordo com Soares (2013 *apud* Gomes 2009:27),

este problema, relativamente recente surge em resultado da existência de condições favoráveis: a localização, a dispersão territorial, as dificuldades económicas, a incapacidade das forças de segurança e da justiça de prevenir ou combater eficazmente as redes que se têm instalado no país. A designação da Guiné-Bissau como um narcoestado começa a ser recorrente no seio da comunidade internacional, sendo frequentes os rumores de intervenção, em maior ou menos escala, por ação ou por omissão, de pessoas ligadas ao exercício

de poder. Como tal, o narcotráfico, dados os proveitos económicos inatingíveis de outra forma, pode ampliar a instabilidade político-militar.

Os Estados limitados normalmente carecem de controlo do seu território por falta de mecanismos de fiscalização adequados e esta falha até pode ser considerada uma ameaça à segurança dos outros países ou à segurança internacional, como é o caso do terrorismo e até do tráfico de drogas. Um Estado pode ser considerado limitado por não ter acesso a saúde adequada ou por instabilidade política ou então por estar num conflito de longa duração.

Mas o problema da instabilidade e da limitação do Estado guineense não se fica só por aqui, no não incumprimento de obrigações básicas de um Estado, ou questões de conflitos internos, pois tiveram lugar vários assassinatos de altos dirigentes do Estado, nomeadamente o assassinato do então presidente João Bernardo Vieira e do chefe de estado-maior general das forças armadas, na altura o General Tagme Na Wai, ambos assassinados em março de 2009.

O país em 2012, após o golpe de Estado de abril que afastou o então primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da qual a Guiné-Bissau é um dos seus membros, enviou um contingente militar dos países que constituem aquela organização de modo a repor a ordem institucional e devolver o poder aos civis e manter a segurança ou apaziguar o conflito de modo a não escalar para os níveis mais violentos de forma a manter a paz. Esta mesma força estacionada na capital guineense só se retirou em meados de agosto de 2020 após as eleições legislativas e presidenciais de 2019.

Uma das causas da manutenção da instabilidade do Estado guineense pode encontrar-se na corrupção dentro do aparelho de Estado evidenciando as suas limitações e as implicações no bom desempenho das suas funções mais nobres. Segundo Abdou Jarju,

A corrupção é o fenómeno mais difícil de controlar ou provar, mas pela manifestação daquilo que se vê na Guiné-Bissau torna-se evidente que os agentes do Estado se envolvem em atos de suborno. Um indivíduo nomeado para um cargo ministerial começa a construir dentro de um ano casas de construção definitiva e a comprar carros de últimos modelos. no Índice de perceção da corrupção 2015, da Transparência Internacional, a Guiné-Bissau aparece como um dos países mais mal colocados do mundo, na 158^a, de 168 países analisados (Jarju, 2019: 102).

As sucessivas insurgências e vários golpes de Estado têm vindo a prejudicar gravemente a imagem do Estado guineense a nível internacional. Atualmente o país é mais conhecido pelas más notícias do que pelas boas notícias devido a sua instabilidade principalmente política que em consequência levou à limitação das instituições de Estado e em última análise à fragilidade quase total do aparelho do Estado. Em consequência, os investidores externos acabam por não confiar e não investir porque o risco é elevado devido a instabilidade política constante e um dos motivos da sua limitação e, a sua ausência, um entrave ao desenvolvimento socioeconómico do país. Prova disso e como vimos atrás no contexto económico, nos períodos sem insurgências a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto tem sido significativamente superior ao registado nos períodos de turbulência ou de instabilidade.

Tendo em conta as limitações já referidas do Estado guineense na prestação de serviços básicos, um dos objetivos dos atores externos para colmatar as numerosas lacunas existentes, centra-se na resolução do problema do fornecimento de água à população. Esta questão tem sido referida como particularmente importante para diversas organizações não governamentais, principalmente as internacionais com destaque para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Sendo a água e a sua disponibilidade em boas condições de acesso e salubridade uma prioridade em qualquer país, passemos ao seu estudo e à importância que lhe é conferida não apenas na Guiné-Bissau, mas também nas instâncias internacionais.

Capítulo 3. A água na Guiné-Bissau

Foi em 2010 que a Assembleia Geral da ONU reconheceu o acesso à água potável como um Direito Humano e este não deve ser negado a ninguém. Mas, na verdade, milhões de pessoas não têm acesso a água potável, a maior parte das quais se concentra nos países em desenvolvimento e particularmente nos países do continente africano. Posteriormente, em 2015, foi aprovada a segunda agenda para o desenvolvimento por mais de 190 Estados membros que constituem a Assembleia Geral das Nações Unidas (a primeira agenda já tinha sido aprovada no ano 2000 com as metas a serem atingidas até a 2015 e que tinha oito objetivos definidos a serem atingidos).

A agenda fixou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que afetam de modo direto ou indireto cada ser humano, com mais de 160 metas globais para serem atingidas até 2030. Ambos os objetivos, tanto o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) quanto o ODS, foram criados a fim de dar resposta às necessidades das pessoas de toda a parte do globo.

Para este trabalho de dissertação o nosso enfoque é no 6º ODS (corresponde à água potável e ao saneamento) e na água em particular. A agenda levou em consideração a desigualdade de acesso a água potável que existe entre os países e mesmo dentro dos países, e aplica-se a todos, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento (Global Baseline Report, 2019:5).

Tendo em conta a limitação do Estado, a água tende a ser o tema que é mais enfatizado pelos atores externos devido à sua importância para a população em geral. Por isso a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a UNICEF, ambas instituições da ONU que trabalham em várias áreas, entre as quais a saúde, criaram a Joint Monitoring Programme (JMP) como mecanismo de informação que reporta a situação da água e saneamento nos países (Gadgil, 1998: 264).

Como é de conhecimento geral, a falta de saneamento em vários países em desenvolvimento é ainda uma realidade, pelo que há um risco maior da água estar contaminada pela defecação o que é muito prejudicial para a saúde da sua população e

em particular à das crianças. Algumas das doenças infecciosas mais conhecidas e que são responsáveis por inúmeras mortes, como a cólera e a febre tifoide, estão relacionadas com as fontes de água que não são seguras.

Os países em desenvolvimento, em particular os do continente africano, têm tido problemas no acesso a água potável. Segundo Ashok Gadgil (1998), “cerca de metade dos países em desenvolvimento sofre de várias doenças provocadas pela falta da água potável. Também há um elevado número de mortalidade infantil provocada pelas doenças infecciosas ou diarreicas” (Gadgil, 1998: 255). A falta de água é, na verdade uma das manifestações mais evidentes da pobreza, razão pela qual a UE considera como prioritária a sua inclusão nos projetos de apoio aos países em desenvolvimento, tal como a vamos encontrar no projeto da TESE que contou com o seu apoio.

A Guiné-Bissau é detentora de vastas bacias hidrográficas de água doce alimentadas pelos rios Cacheu, Geba e Corubal, mas não usadas ou aproveitadas da forma mais eficaz porque não existe o ordenamento de água e a água destinada ao consumo provém, na sua maioria, de poços, mantendo-se ainda a falta de tratamento e desinfeção desta água destinada ao consumo humano.

Para além desta vulnerabilidade, a falta de saneamento e tratamento dos resíduos hídricos, vem também contribuir para a exposição da população às doenças infecciosas já referidas. Como existe a precariedade no sector da água no país, o sector da Water, Sanitation and Hygiene (WASH) também apresenta deficit nestas áreas, embora nesta dissertação o enfoque maior seja no sector da água, mas é difícil falarmos da água potável ou da água segura para o consumo humano sem referenciar o saneamento. O sector da WASH tem-se destacado nos últimos tempos com colaboração da UNICEF na Guiné-Bissau.

A cidade de Bissau, capital do país e onde reside um quarto da sua população, é parcialmente abastecida de água potável a partir de um sistema em grande parte herdado no período da ocupação colonial. Tal como em outras cidades do país também ela tem registado crescentes dificuldades no acesso a esse bem precioso.

Na capital, o abastecimento de água é feito a partir de treze furos artesianos e daí bombeada para oito estações elevatórias, a partir das quais é feita a distribuição domiciliária e dos chafarizes públicos por recurso à gravidade. A inexistência de reservatórios de água torna o sistema bastante frágil e incapaz de responder a eventuais falhas mecânicas dos equipamentos de bombagem” (Medina, 2015: 67-68).

Como é sabido, a maioria das escolas na Guiné-Bissau não tem água potável, ou seja, não existe a estrutura WASH, mas essa vulnerabilidade também se estende as outras instituições de Estado como é o caso dos centros de saúde, por exemplo, faltando ainda a colocação de latrinas e o acesso a fontes de água seguras. Com o apoio da UNICEF, tem-se desenvolvido um esforço significativo para ultrapassar estas graves carências tanto nos centros urbanos como nas zonas rurais. Em resumo, é indiscutível que a água potável e o seu fornecimento a todos está na base do bem-estar e da saúde das populações e é, sem dúvida, condição prévia ao desenvolvimento económico e social dos países.

Como é que a água em geral tem sido uma das formas promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para colmatar a limitação de determinados Estados nesse assunto? Na verdade, a água não só é de vital importância como também a água está no centro do desenvolvimento sustentável e é o sexto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, fundamental para o desenvolvimento socioeconómico e é considerado um Direito Humano que a ninguém pode ser negado (ONU, 2020). No contexto da água, várias organizações da ONU têm-se destacado neste assunto dentro dos Estados e em particular dos Estados limitados. Para o nosso trabalho o destaque vai para uma das mais conhecidas organizações da ONU, a UNICEF.

3.1 Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Fundada em 1946, a UNICEF é uma das organizações que constitui a ONU e atua em quase toda a parte do globo. Tendo em conta que a maioria dos países em desenvolvimento e em particular os da África Subariana, sobretudo devido a dificuldades financeiras, tem tentado resolver o problema do acesso a água potável principalmente com recurso a furos instalados de forma manual, a “UNICEF e outras organizações promovem a tecnologia a nível global dentro dos países de modo a ter acesso a água” (Danert, 2015:4).

Por outro lado, a UNICEF tem sido um dos parceiros do Estado guineense em vários níveis de apoio às comunidades locais nomeadamente das zonas rurais. Segundo a UNICEF,

em 2016 havia várias bombas que estavam fora de serviço por falta de materiais ou manutenção para o seu normal funcionamento. Os problemas de acesso à água não são apenas sobre a disponibilidade de pontos de água, mas mais ainda sobre a sua funcionalidade. Para resolvê-los, a UNICEF promoveu uma solução orientada pelo setor privado, estabelecendo uma rede mecânica funcional (UNICEF; 2017).

Concordante com os seus objetivos declarados, a UNICEF tem ajudado o país no que diz respeito a água de modo a verificar a sua qualidade através de testagens feitas pelos seus peritos na matéria. Esta organização tem trabalhado mais nas zonas rurais do país na abertura dos fontanários de modo que essas pessoas passem a ter acesso a fontes de água melhorada. A UNICEF tem igualmente apoiado as escolas e os centros de saúde onde a questão da água não foi esquecida. A sua preciosa intervenção verificou-se igualmente na reabilitação dos centros de saúde de que resultou num aumento muito significativo na percentagem da população com acesso à água naqueles serviços rurais e nas escolas o cenário também não se distanciou muito daquilo que a UNICEF tem feito nos centros de saúde (UNICEF, 2020).

Um bom exemplo da UNICEF no sector da água num contexto de Estado limitado é o caso da Síria. A Síria está há quase uma década em conflito, pelo que a boa gestão de recursos hídricos que havia no país ficou destruído por consequência do conflito. Na região de Aleppo, na Síria, a UNICEF e mais uma outra organização estão a reconstruir o sistema de recursos hídricos que existia antes do conflito (Gauuf, 2018), o que mostra mais uma vez uma ONG num estado no contexto de limitação de Estado a tentar colmatar a lacuna de modo a evitar que surja por exemplo doenças provocadas pela água não tratada que pode até causar mortes.

O fornecimento de água potável e saneamento básico aos cidadãos é um dos principais desafios enfrentados pelos governos africanos (Salami *et al.* 2014: 294). Existe um nível muito baixo de acesso a água potável ou água dos fontanários nas comunidades. Embora no caso da Guiné-Bissau não haja, em geral, um problema no que concerne à existência de água em si, verifica-se sim o de não haver água potável ou água tratada distribuída ao domicílio ou mesmo nos fontanários públicos e onde a maioria da população recorre a poços ou furos artesianos para conseguirem ter água em suas casas para consumo.

O acesso a água potável é uma questão importante muito estudada e objeto de vários estudos por instituições internacionais como é o caso do Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) do ano 2006 sobre o direito à água e com destaque para a segurança humana. É dele o excerto que passamos a citar:

O objetivo era olhar mais além das estreitas perceções da segurança nacional, definida em termos de ameaças militares e da proteção de objetivos estratégicos

de política externa, em direção a uma visão de segurança enraizada nas vidas das pessoas. A segurança da água faz parte integrante desta conceção mais vasta da segurança humana. Em termos genéricos, a segurança da água consiste em assegurar que cada pessoa disponha de um acesso fiável a água suficiente a um preço acessível para levar uma vida saudável, digna e produtiva, não deixando de manter os sistemas ecológicos que fornecem água e que também dependem da água. Quando não se verificam estas condições, ou quando o acesso à água é interrompido, as pessoas confrontam-se com graves riscos de segurança humana, causados por más condições de saúde e pela rutura dos meios de subsistência. (PNUD, 2006: 11-12).

Sabemos que a água é de vital importância para a sobrevivência de todos os seres vivos. A água de qualidade e a qualidade de vida caminham juntas. Segundo a UNICEF, “a água é essencial para a sobrevivência e o desenvolvimento de todas as crianças. Sem água, as crianças simplesmente não podem permanecer vivas ou prosperar num ambiente saudável” (UNICEF, 2016). A falta de água potável acaba por ameaçar muitas vidas, não só a das crianças, embora sejam as mais vulneráveis, mas também a dos adultos por causa da contaminação dos poços pelas fezes humanas, em alguns países em desenvolvimento onde as dificuldades são maiores.

Por estas mesmas razões, existem várias organizações estatais e não estatais, nacionais e internacionais, como é o caso da UNICEF tem estado a trabalhar em quase todos os países da África Subsariana em colaboração com os respetivos governos com o objetivo de melhorar esta situação. De acordo com a UNICEF,

663 milhões de pessoas ainda não têm acesso à água potável, apesar da meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milénio para a água limpa ser atingida em 2010. 8 em cada 10 pessoas sem acesso a água potável vivem em áreas rurais. 159 milhões de pessoas usam água não tratada de lagos e rios, a fonte de água mais insegura que existe. Melhorar o acesso das famílias a água potável segura, sustentável e acessível a distâncias razoáveis de suas casas é uma parte essencial dos esforços da UNICEF (UNICEF, 2016).

No caso particular da Guiné-Bissau, por motivos de falta de acesso a água potável em quase todo o país, existem várias organizações da sociedade civil, locais e internacionais, a trabalhar no sentido de melhorar o deficit existente no sector da água. Dentro destas podemos destacar a ONGD portuguesa Associação para Desenvolvimento (TESE), a Associação de Saneamento Básico Proteção da Água e Ambiente de Bafatá (ASPAAB) e a UNICEF, tendo todas elas desempenhado um papel importantíssimo. Na Guiné-Bissau, os “principais responsáveis a nível nacional pela gestão dos recursos hídricos, do abastecimento de água potável e do saneamento urbano são o Ministério da Indústria, Energia e Recursos Naturais (MEIRN) e a Direção Geral dos Recursos Hídricos

(DGRH)” (Gentili, 2015: 13). Este segundo organismo tem delegações que o representam a nível regional.

Do mesmo modo, o fornecimento da água e energia elétrica na Guiné-Bissau, foi da responsabilidade da empresa pública de Eletricidade e Água da Guiné-Bissau (EAGB) tendo como objetivo atuar em todo o território nacional que por dificuldades várias não tem conseguido atingir. A EAGB é uma empresa pública e tem-se limitado a atuar única e simplesmente na capital do país devido à sua fraca capacidade.

A crónica falta de verbas que a EAGB tem revelado ao longo dos anos, implicou que a prestação do serviço de fornecimento de água fora da capital e que é da sua responsabilidade, passasse a ser assegurado pelos modelos de gestão local criados por cooperativas e associações envolvendo as respetivas comunidades, como foi o caso da ASPAAB em Bafatá (P3IP, 2016: 42). As fontes de financiamento no sector da água na Guiné-Bissau provêm principalmente da cooperação multilateral, na sua maioria de algumas instituições internacionais, como sejam, a UE, Banco Mundial (BM), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), PNUD, UNICEF, entre outras (P13P, 2016: 41).

Chegados aqui, agora conhecedores da envolvente do país e esclarecidos dos conceitos considerados fundamentais para a análise do tema em discussão, passamos ao estudo do caso, a TESE e o acesso à água em Bafatá.

Capítulo 4. Estudo de Caso – A TESE em Bafatá

No presente capítulo vou descrever a importância da água na Guiné-Bissau e apresentar o programa da cooperação para o desenvolvimento no país onde a ONGD portuguesa TESE-Associação para o Desenvolvimento implementou um projeto em Bafatá, uma das maiores cidades da Guiné-Bissau, prestando uma especial atenção às diretrizes que o programa previa.

O objetivo deste capítulo é demonstrar pelo trabalho de campo que realizei que com o projeto da TESE para o fornecimento de água potável não houve neocolonialismo nem imperialismo, mas sim Legitimidade de Entrada. Na verdade, as autoridades não são as donas do projeto, mas são, necessariamente, uma parte muito importante e antes de o projeto ser implementado constatou-se uma consulta prévia das autoridades centrais e locais e o projeto passou a ser gerido pela comunidade local, por intermédio da ASPAAB que passou a ser a entidade responsável. Tudo isto garante que houve Legitimidade de Entrada e permitiu que a Guiné-Bissau fosse tratada como um Estado independente e não apenas uma entidade dependente.

O estudo de caso que escolhi para este trabalho de dissertação é sobre o projeto levado a cabo em Bafatá, na Guiné-Bissau, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento pela ONGD – TESE que tive a oportunidade de observar de perto através do trabalho de campo, fazendo algumas perguntas à população local e às autoridades nacionais, bem como aos responsáveis pela distribuição da água na cidade de modo a responder às dúvidas que foram surgindo ao longo desta dissertação. No âmbito deste projeto visitei também alguns dos fontanários que fazem parte daquela rede de distribuição bem como uma estação elevatória e um exemplo de sistema fotovoltaico de suporte energético.

O acesso a água potável tem sido um desafio constante do Estado guineense. À semelhança da ASPAAB em Bafatá, existem outras associações de base cooperativa noutras cidades do país, como é o caso da *Wedé Bontche*, “Água boa” em português - em Mansôa, apostadas em colmatar a mesma lacuna existente no sector da água noutros pontos do país, embora o nosso trabalho se limite a Bafatá.

No âmbito da sua atividade internacional, a TESE tem em desenvolvimento projetos em vários Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP) nos setores do abastecimento de Água, Saneamento e Promoção de Higiene e das Energias renováveis, estabelecendo parcerias com atores públicos e privados que lhe permitem

alavancar as atividades e apresentar soluções inovadoras e sustentáveis técnica e ambientalmente (Medeiros, 2016). Segundo Medeiros, o projeto da TESE em Bafatá teve como objetivo o acesso sustentável a água potável à cidade de Bafatá, através dos seguintes métodos:

- ❖ Reabilitação de infraestruturas de distribuição de água existentes, tendo em conta que a maior parte das infraestruturas existentes do sector da água na Guiné-Bissau eram ainda da era colonial;
- ❖ Definição e implementação de um modelo de gestão que permitisse aos parceiros locais assegurar o abastecimento de forma sustentável;
- ❖ Capacitação dos parceiros locais do sector da água – Associação de Saneamento Básico, Proteção da Água e Ambiente de Bafatá (ASPAAB) e Delegação Regional dos Recursos Hídricos de Bafatá (DRRHB) e, por último,
- ❖ Sensibilização da comunidade local para o ambiente, o princípio do utilizador-pagador e a higiene.

Um dos objetivos concretos a atingir era passar a percentagem da população de Bafatá que tinha acesso a fonte de água melhorada de 29% para 49% depois da sua implementação (Medeiros, 2016).

O projeto desenvolvido em Bafatá tinha também como meta contribuir para o cumprimento de três Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM): a erradicação da pobreza extrema e a fome, a redução da mortalidade infantil e, por fim, a garantia da sustentabilidade ambiental. Estes objetivos faziam parte dos oito ODM fixados na década de 2000 em quase todos os países com o intuito de reduzir a pobreza entre e dentro dos países em desenvolvimento.¹¹

O acesso à água e ao saneamento é uma condição prévia à vida e um direito humano declarado, considerado de vital importância para o desenvolvimento sustentável, a saúde e a nutrição, entre outros. Na verdade, um dos principais problemas de saúde na Guiné-Bissau está associado à dificuldade que a população tem em obter a água potável, a qual só chega a uma parte muito limitada dos habitantes de Bissau (Camões, 2008:18). Segundo os dados retirados do levantamento levado a cabo pela DENARPI a nível nacional, só cerca de 55% da população tem acesso à água potável (canalizada, torneira

¹¹ Santo, Lara Espírito (2010) Lisboa: 21 de maio

ou fontanário público, poço protegido e cisterna) contra cerca de 45% que utiliza a água não protegida proveniente dos poços, rios e ribeiras (DENARPI, 2004: 24).



Fonte: DENARP II (2011:21).

A tarefa de garantir o acesso à água é atribuída ao Estado sendo este um dos atores mais relevantes, mas não é o único. Temos também as Organizações Não Governamentais com a capacidade de atuar no processo de acesso a água dentro dos Estados, principalmente dos Estados limitados, como é o caso da TESE e da ASPAAB, cuja atividade na Guiné-Bissau, em particular em Bafatá, vai ser estudada com detalhe neste capítulo. Mas antes de analisarmos o trabalho da TESE e da ASPAAB vamos primeiramente conhecer um pouco da cidade de Bafatá onde o projeto foi implementado.

4.1 A cidade de Bafatá

A cidade de Bafatá é a capital de uma das oito regiões administrativas que compõem o país. De acordo com União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), “a cidade de Bafatá é a capital da região do mesmo nome, no centro-norte da Guiné-Bissau. É uma cidade do interior, situada a cerca de 150 km a leste de Bissau, e a segunda maior cidade do país”. A cidade de Bafatá conta com uma população média de 200.000 habitantes numa população total do país de 1.449.230, dados fornecidos pelo Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE) (RGPH, 2009).

Bafatá, como a maior parte das cidades do país, tem tido problemas no que diz respeito ao acesso a água de qualidade para a sua população. Segundo um relatório elaborado em meados de 2017 pelo Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), “a disponibilidade de água potável

e segura e de instalações sanitárias adequadas, tem melhorado gradualmente na Guiné-Bissau, mas alguns desafios persistem ainda nesta matéria” (UNIOGBIS, 2017).

Bafatá não é, com certeza, caso único. Quase todas as cidades do país registam o mesmo problema de acesso à água potável com exceção da capital e, mesmo esta, tem as suas dificuldades. Em todo o caso, a situação apresenta atualmente algumas melhorias fruto das iniciativas vindas das ONGD, tanto locais como internacionais, como se pode ler no relatório da UNIOGBIS:

três quartos da população tenha tido acesso a fontes de água melhoradas em 2014, havia um grande contraste entre zonas urbanas e rurais, com 92 por cento dos moradores urbanos a usar fontes de água melhoradas, enquanto apenas 61 por cento dos habitantes das zonas rurais usavam tais fontes. Um inventário recente sobre os pontos de água feito pelo UNICEF mostra que mais de 50 por cento de todas as bombas manuais instaladas ou não estão em funcionamento ou funcionam com deficiência, levando a população a recorrer a fontes inseguras de água (UNIOGBIS, 2017).

Durante a minha visita à cidade de Bafatá constatei que alguns dos fontanários que lá existem nas ruas dos bairros não estavam em funcionamento e, pelo que fui informada pelas populações residentes, trata-se de um problema técnico que aguarda resolução, como se pode constatar pelas imagens abaixo.



Figura 1: Fontanários existentes nos bairros de Bafatá

Em consequência disso, parte da população tem recorrido a água dos poços para os seus consumos domésticos apesar de alguns deles não serem protegidos o que pode causar algumas doenças ligadas a água.

Fotografia de alguns dos poços domésticos que existem em Bafatá:



Figura 2: Poço doméstico em Bafatá

Um dos entrevistados no trabalho de campo para esta dissertação, relatou o problema da falta de água em Bafatá e as dificuldades que a situação acarreta para a vida das populações. Informou que “havia um poço em que o acesso era e é muito difícil devido ao terreno muito acidentado, quem é de Bafatá sabe como é difícil; há zonas muito altas e há zonas muito baixas. Havia muita gente que ia buscar água a este poço, mas só podíamos usufruir dela naquele poço depois dos familiares do dono terminarem de encher as suas bacias e garrafas. O poço fica numa zona de muito difícil acesso, a uma distância que leva 30 minutos a percorrer, ou seja, uma hora de ida e volta. Tendo uma bomba (isto é, fontanário) aqui a um minuto, no meu caso, claro que me facilita muito e não só a mim como à minha esposa também, sendo que já somos pessoas com idade muito avançada e o nosso filho mais novo está a estudar pelo que não consegue ir todos os dias buscar a água para abastecer a família”.¹²

A população da cidade de Bafatá tem perfeita consciência da importância da resolução desta grave questão e, face às dificuldades manifestadas pelo Estado guineense, organizou-se e criou uma associação para ajudar a resolver este problema. Essa associação, a qual o Estado guineense acabou por entregar mais tarde a gestão direta da rede de distribuição da água, é a que passamos a apresentar.

4.2 ASPAAB

A Associação de Saneamento Básico, Proteção da Água e Ambiente de Bafatá (ASPAAB) é uma Organização Não Governamental sem fins lucrativos (ONGD) fundada em 2005 na cidade de Bafatá e legalizada no ano seguinte, com o intuito de colmatar a lacuna existente no sector da água na cidade de Bafatá. A ASPAAB não recebe

¹² Nhaga, Jaime (2020) Bafatá: 2 de março.

financiamento por parte do governo local, regional ou central. A ASPAAB celebrou formalmente um contrato com o Ministério da Energia, Indústria e Recursos Naturais (MEIRNGB) e Direção Geral dos Recursos Hídricos (DGRH), para a transferência de responsabilidade pelos serviços públicos de abastecimento de água em Bafatá, num regime de autogestão. Em paralelo, a ASPAAB promove parcerias com ONG's, em particular com a TESE, para o desenvolvimento do sector de água com o financiamento da União Europeia (UE).¹³

A criação da ASPAAB está fundamentalmente ligada à vontade dos seus membros fundadores, surgindo na sequência de um trabalho de saneamento de grande envergadura na cidade de Bafatá, levado a cabo pelo departamento de Água e Saneamento Básico da ONG PLAN Internacional em coordenação com a DRRHB e com uma participação massiva de jovens oriundos de todos os bairros da cidade. Esta iniciativa de trabalho mereceu louvores de toda a população bafatense, tendo daí surgido a ideia de criar uma associação desta natureza com vista a dar continuidade dos trabalhos iniciados de vital importância para a manutenção da saúde pública.¹⁴

Segundo o seu responsável máximo, Senhor Mussa Sanha, de 2009 a 2012, a ASPAAB é e tem sido o parceiro chave da TESE e principal beneficiário no âmbito do projeto “*Bafatá Misti Iagu*”, que em português quer dizer “Bafatá quer água”, e “*Bafatá Misti Mas Iagu*” que em português quer dizer “Bafatá quer mais Água”. No âmbito destes projetos, a ASPAAB celebrou formalmente um contrato de transferência de responsabilidade pelos serviços públicos de abastecimento de água em Bafatá com o MEIRNGB e DGRH, para o período de 2012 a 2020. O modelo atual de gestão de água em algumas regiões da Guiné-Bissau é um modelo de participação comunitário, como é o caso de Bafatá em que “a ASPAAB detém a concessão do governo local para gerir a rede de distribuição pública de água na cidade de Bafatá. Esta concessão foi fortalecida no quadro das atividades do projeto *Bafatá Misti Iagu*”, (P3IP, 2016: 33), que corresponde à primeira fase da implementação do projeto.

A ASPAAB abastece de água ao domicílio grande parte da população da cidade de Bafatá, num total aproximado de 28.000 habitantes. Uma vez que não está ainda concluída a cobertura de toda a cidade por distribuição domiciliária, a população de

¹³ Sanha, Mussa (2020) Bafatá: 3 de março

¹⁴ Sanha, Mussa (2020) Bafatá: 3 de março

alguns bairros abastece-se de água através dos fontanários públicos existentes igualmente da responsabilidade da ASPAAB.

Esta iniciativa comunitária teve um impacto enorme dentro da cidade uma vez que a distância antes percorrida para ir à procura da água acabou por ser muito diminuída, tarefa que é em todo o país tradicionalmente reservada às mulheres, pelo que a situação melhorou significativamente para elas: “Dantes as mulheres esforçavam-se muito para ir buscar água, tarefa que as cansava e ocupava grande parte do dia, não permitindo a estas dedicarem-se quer à família, quer à própria formação e capacitação profissional” (Camões, 2015).

Depois de ter assumido a responsabilidade pela distribuição da água na cidade, a ASPAAB passou a fixar o “preço da água para fontanários públicos em 1.000 CFA¹⁵ por 1m³ e nas ligações domiciliárias em 600 CFA por 1m³. Nota-se que o preço de água fornecida é mais alto nos fontanários do que aos domicílios, por alegada falta de um estudo tarifário para inverter a situação, isto é, tornar mais económico o fornecimento de água nos fontanários em comparação com o abastecimento ao domicílio”.¹⁶

Para controlar e garantir o melhor fornecimento dos serviços de distribuição da água na comunidade, a ASPAAB criou uma rede de responsáveis, um por cada fontanário existente nos bairros da cidade. Estes responsáveis estão encarregues da abertura e fecho dos fontanários, recolha diária de cobrança de cada pessoa que vai buscar a água, onde por cada 25 litros de água é cobrado 25 CFA, mais ou menos correspondente a 0,20€. São também estes responsáveis dos fontanários que reportam os casos de avarias à ASPAAB de modo a estar próximo dos problemas da comunidade e minimizar as dificuldades.¹⁷

¹⁵ Franco CFA, é a moeda local da Guiné-Bissau, também utilizada por oito países da Africa Ocidental, dos quais que fazem parte da CEDEAO.

¹⁶ Sanha, Mussa (2020) Bafatá: 3 de março

¹⁷ Sanha, Mussa (2020) Bafatá: 3 de março



Figura 3: Sede da ASPAAB



Figura 4: Uma das estações elevatórias de Bafatá



Figura 5: O sistema fotovoltaico instalado ao lado da sede da ASPAAB que suporta o bombeamento de água a cidade de Bafatá

O projeto da TESE que em Bafatá, em parceria com a ASPAAB, permitiu melhorias significativas na distribuição de água foi delineado em duas fases. À primeira, denominada “Bafatá Misti Iagu”, seguiu-se uma segunda a que foi dado o nome de “Bafatá Misti Mas Iagu”. Este segundo projeto visou abranger mais bairros da cidade, reforçando o acesso e a quantidade de água fornecida à população. Vamos agora conhecer mais sobre o trabalho da TESE em Bafatá.

4.3 A TESE na Guiné-Bissau (Bafatá)

A TESE é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) que utiliza o conceito de Inovação Social como âncora da sua atuação em Portugal e em outros países em desenvolvimento. Dentro da TESE existe uma área de atuação denominada TESE - Sem Fronteira que desenvolve trabalho nos países em desenvolvimento, nomeadamente nas antigas colónias portuguesas, como é o caso da Guiné-Bissau. A TESE - Sem Fronteira tem como princípio fundador o respeito pela Legitimidade de Entrada, manifestado no enfoque pelo,

reconhecimento do Estado como ator central e garante da universalidade do acesso a serviços de Água, Resíduos e Energia; Contribuir para que a ação das organizações da sociedade civil e do setor privado complemente o papel do Estado na prossecução da universalidade do acesso a serviços de Água, Saneamento incluindo Resíduos e Energia; Sensibilizar para a utilização sustentável de recursos naturais; Assumir que o acesso a serviços de Água, Resíduos e Energia é um direito, não um privilégio (TESE, 2014).

O projeto desenvolvido pela TESE, que contou com a colaboração ativa da ASPAAB, com o apoio da DRRHB que na altura da minha visita já não estava a funcionar, e a Empresa Portuguesa das Águas Livres (EPAL), contou com a participação da comunidade de Bafatá e decorreu de julho de 2012 a dezembro de 2014, sendo os bairros beneficiários deste projeto a Ponte Nova, a Palhota, o Bairro 5 (Caibara) e o Bairro 3 (TESE, 2014). Neste projeto foram envolvidos os atores locais, estatais e não estatais, e atores internacionais não estatais.

Um dos principais objetivos do projeto levado a cabo pela TESE “visava expandir o acesso à água potável através da implementação de um modelo sustentável de gestão do sistema de distribuição de água, seja ela através de ligações domiciliárias, seja através de fontanários públicos” (P3IP, 2016: 33). Na implementação deste projeto também não deixou de ter em consideração aquilo que são os ODM e os ODS. Relativamente aos ODM, preocupou-se com três: o primeiro, que visava a redução da pobreza extrema; o quarto, a redução da mortalidade infantil provocada pela falta de água segura ou potável; e o sétimo, a sustentabilidade ambiental. Quanto aos ODS o projeto está ligado ao sexto que diz respeito à disponibilidade de acesso a água potável e saneamento para todos.

A TESE levou a cabo numa das maiores cidades da Guiné-Bissau (Bafatá) dois projetos designados “*Bafatá Misti Iagu*” e “*Bafatá Misti Mas Iagu*”, projetos de gestão de base associativa financiados pela União Europeia e cofinanciados pelo Camões, I.P.,

em parceria com a ASPAAB, uma associação local, para a formulação e implementação de projetos de cooperação para o desenvolvimento que visavam aumentar, de forma sustentável, o acesso a água de fonte melhorada na cidade de Bafatá, onde apenas 45% da população dispunha dessa facilidade cuja falta para a restante população é considerada uma das maiores condicionantes do bem-estar das comunidades (TESE, 2014).

Na verdade, a TESE já trabalhava na Guiné-Bissau, mas apenas em trabalhos pontuais. Depois de mais uma missão em 2008, os seus responsáveis elaboraram um diagnóstico das necessidades de ajuda à Guiné-Bissau no sector da água, seguindo-se, depois dos primeiros contactos, as candidaturas aos fundos de financiamento. Tiveram o especial cuidado de ter uma reunião prévia com as autoridades tradicionais em Bafatá, durante a qual foi identificada a ASPAAB que já estava a trabalhar no terreno e que já tinha mostrado sinais muito importantes de grande empenho e capacidade de gestão, como teve a oportunidade de nos informar a Coordenadora de projetos da TESE no sector da água e saneamento na Guiné-Bissau, Dra. Lara Espírito Santo.

A TESE sem Fronteiras utiliza o seu conceito de Inovação Social nos países em desenvolvimento, procurando resolver os problemas e necessidades das comunidades de uma forma que a todos beneficie, associada a ações da iniciativa privada, ONG's, governo e sociedade civil organizada.

Em Bafatá foram implementados dois projetos, como já referimos:

- 1) *Bafatá Misti Iagu*, em português “Bafatá quer água”, levado a cabo de 2010 a 2012 e tinha como objetivo principal aumentar o acesso sustentável a água potável à cidade de Bafatá, através de seguintes mecanismos: reabilitação de infraestruturas de distribuição de água existentes em Bafatá; definição e implementação de um modelo de gestão que permitiu aos parceiros locais assegurar o abastecimento de forma sustentável; capacitação dos parceiros locais do sector da água – ASPAAB e Direção Regional dos Recursos Hídricos – Bafatá (DRRH-B); sensibilização da comunidade sobre o ambiente, o princípio de utilizador-pagador e higiene (P3IP, 2016: 43).
- 2) *Bafatá Misti Mas Iagu*, em português “Bafatá quer mais água”, executado de 2012 a 2015, tendo como objetivo assegurar a sustentabilidade do projeto após retirada da TESE, quando este estivesse concluído.

Os resultados foram os seguintes: modelo de gestão do abastecimento de água otimizado na cidade Bafatá (sustentabilidade financeira e operacional); atores locais capacitados a implementar o modelo de gestão (sustentabilidade humana,

financeira e operacional); infraestruturas de abastecimento e distribuição de água reabilitadas e capazes de fornecer água segura com um Plano de Investimentos Estratégicos definido no imediato e para os próximos 15 anos (sustentabilidade operacional); campanha de sensibilização implementada nos temas Educação ambiental, Princípio do consumidor-pagador e Higiene (sustentabilidade financeira, social e operacional); uma taxa de cobertura do abastecimento de água por fonte melhorada - fontes melhoradas já existentes, fontanários de rede e ligações domiciliárias -, de 75% em Bafatá em 2015, (P3IP, 2016: 43).

Estes dois projetos envolveram verbas muito significativas, o projeto *Bafatá Misti Iagu* com um orçamento total de 436 mil euros, com uma duração de 30 meses (P3IP, 2016: 33), e o projeto “*Bafatá Misti Mas Iagu*” com a duração de dois anos e um orçamento a rondar os 200 mil euros.¹⁸

Apesar dos bons resultados alcançados, a implementação do projeto não esteve isenta de dificuldades. Os responsáveis foram sempre cautelosos e trabalharam sempre alinhados com a DRRH de Bafatá, nunca tiveram a postura de avançar com os trabalhos sem antes informarem a referida direção. Nem fazia sentido de outra forma, muito cedo reconheceram. Eram parceiros no projeto, não fazia sentido trabalharem isolados, pelo contrário, sempre quiseram trabalhar em conjunto, de forma mais ágil e vantajosa, assegurou-nos a Dra. Lara Espírito Santo, a coordenadora do projeto da TESE na Guiné-Bissau.

Nesse espírito de permanente cooperação, a TESE deu formação de capacitação a nível da administração local uma vez que os seus recursos humanos disso estão muito carentes. Os técnicos da TESE deram, entre outras, formação em informática e em comunicação ao pessoal da DRRH de Bafatá, possibilitando, assim, a descentralização de alguns procedimentos administrativos para posterior centralização a nível da direção geral. É digno de registo o bom relacionamento da TESE e do seu projeto com a população de Bafatá que viu sempre neles e nos seus agentes um instrumento de melhoria das suas condições de vida, algo que nem sempre sucedeu noutras cidades e noutros projetos.

Do mesmo modo, foi com bons olhos que a ASPAAB, responsável pela distribuição da água em Bafatá, viu chegar a TESE e os seus projetos, nunca a considerando um concorrente. Por outro lado, para a TESE, ter uma associação local com potencial e que gere a água, a ASPAAB era um parceiro lógico. A ASPAAB evoluiu bastante e sozinha, era por isso uma mais-valia trabalharem em parceira nestes projetos.

¹⁸ Santo, Lara Espírito (2020) Lisboa: 21 de maio.

De notar, e sem surpresa, estes projetos não receberam qualquer apoio material do Estado guineense, muito embora a DGRH se mantivesse informada e envolvida nos acompanhamentos do projeto.¹⁹

Os objetivos definidos pela TESE para estes projetos foram atingidos. A ideia era criar projetos em que o modelo definido seria sustentável, isso foi conseguido e a ASPAAB tem-se mostrado capaz de dar resposta ao desafio. Não foi possível, contudo, atingir a necessária cobertura total de acesso a água à população de Bafatá, mas isso poderá vir a ser conseguido mais tarde pois há outras atuações previstas pela TESE para esta cidade uma vez que a ASPAAB sozinha não o consegue fazer sem ajuda externa.²⁰

Podemos, portanto, dizer que os projetos “*Bafatá Misti Iagu*” e “*Bafatá Misti Mas Iagu*” são projetos de sucesso e o parceiro local, a ASPAAB, tem estado à altura de dar resposta à continuidade no abastecimento de água. Bem sabemos como é mais fácil criar um projeto do que lhe dar a continuidade como muito bem referiu a coordenadora do projeto da TESE na Guiné-Bissau. Incentivada pelos bons resultados alcançados em Bafatá, a TESE está atualmente a trabalhar em novos projetos para as cidades de Bambadinca e Mansôa, integrados no projeto de Programa de Reforço Institucional e da Qualidade de Serviço de Abastecimento de Água (PRIQSAA).

Como já referimos antes, a legitimidade transmitida ao ator externo pelos atores e comunidades nacionais ou locais é uma condição necessária, embora não suficiente, para intervenções bem-sucedidas de atores externos. Tal como foi descrito no capítulo 1, podemos afirmar com segurança que neste estudo de caso houve Legitimidade de Entrada por haver aceitação das autoridades, tanto local como central, ou seja, a Administração de Bafatá, a DGRH e a população local terem trabalhado juntos com a TESE desde o início do projeto, garantindo a sua bem-sucedida implementação e fazendo dele um projeto de sucesso, até porque ele passou a ser gerido pela ASPAAB, um ator não estatal local.

Isso mesmo nos reafirmou a responsável pelo projeto da TESE na Guiné-Bissau. Apesar das dificuldades, houve sempre uma boa relação da TESE com a população de Bafatá e com as autoridades, nomeadamente com a DRRH de Bafatá, o que nos mostra que durante este projeto não houve nem neocolonialismo, em que é tudo feito sem uma

¹⁹ Santo, Lara Espírito (2020) Lisboa: 21 de maio.

²⁰ Santo, Lara Espírito (2020) Lisboa: 21 de maio

consulta prévia nem tão pouco o imperialismo, em que as coisas são impostas pelas potências como queiram sem consultar os envolvidos.

Esta cooperação entre todos os que atuam no sector da água e saneamento na Guiné-Bissau é, na verdade, essencial à resolução dos seus problemas, o qual enfrenta duas grandes dificuldades: uma tem a ver com a limitação em que se encontra este sector no país; outra diz respeito à fraca capacidade dos seus recursos humanos. Na verdade, a maioria das pessoas que trabalham na DRRH de Bafatá é já de idade avançada e não se pode contar muito com elas. Quanto à ASPAAB ela tem desenvolvido um modelo cooperativo muito relevante a nível local.²¹

É muito importante referir aqui que o projeto levado a cabo pela TESE não substitui o Estado, muito pelo contrário, pode garantir até o fortalecimento do Estado, uma vez que as pessoas passam a sentir que o projeto não foi concretizado apenas pelos atores externos, mas também contou a participação dos nacionais tanto estatais e não estatais e até locais.

Como nos informou o Dr. Carlos Tipote, diretor do Instituto da Coordenação de Ajuda Não Governamental (ICANG), uma instituição sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, são permitidas as intervenções das ONGs na Guiné-Bissau em qualquer parte do país desde que não desenvolvam ações de índole política ou de outra natureza que as comprometam como parceiro do Estado guineense. As ONGs são parceiras do Estado guineense e não o seu substituto. Reafirma este responsável o Estado guineense como a parte mais interessada em ver os seus cidadãos beneficiarem dos projetos das ONGs que são a complementaridade dos seus esforços e seus parceiros árduos no desenvolvimento do país.²²

O projeto da TESE em Bafatá revelou ter um grande potencial para ser replicado noutras cidades do país por se ter manifestado como uma boa prática que liberta as pessoas para outras tarefas. Com os fontanários a funcionar através do projeto da TESE, a sociedade guineense sai fortalecida permitindo libertar os seus habitantes da pesada tarefa de ir buscar a água nos locais mais distantes das suas habitações, como constatamos durante a visita à cidade de Bafatá nos dias 2 e 3 de março de 2020. Nessa altura tive a oportunidade de falar com o senhor Jaime Nhaga, idoso de 70 anos, morador do bairro Ponta Nova, antigo motorista de transporte de cargas e também antigo responsável de um

²¹ Santo, Lara Espírito (2020) Lisboa: 21 de maio.

²² Tipote, Carlos (2020) Bissau: 1 de setembro.

dos fontanários existentes nesta rua. Segundo ele, antes da chegada da TESE a dificuldade em conseguir água era tanta que *“havia um poço onde todos costumavam ir buscar a água, mas na época de seca costumavam ficar sem água e tinham de pagar alguém para cavar e retirar a lama para poderem chegar à água.”*²³

Também a senhora Carla Gomes Sambu, professora do ensino primário, é uma das nossas entrevistadas desta dissertação, moradora na rua Porto Bairro1, também em Bafatá, falou da dificuldade que tinha em conseguir a água, porque, como ela nos contou: *“Sou doente, não posso fazer muito esforço; antes do projeto da TESE chegar aqui a minha filha costumava ir buscar a água no poço em que demora mais de vinte minutos por cada lado e esta água não dava para beber, e para beber tínhamos que a ir buscar em casa dos missionários e era uma tarefa muito complicada para ela porque que tinha que ir para escola. Depois de termos o fontanário tudo ficou mais fácil; imagina ter de pagar os transportes de cada garrafa de água através de moto-táxi ou então através de charrete de burro, isto custa dinheiro. Agora já não nos preocupamos mais com a questão da água, pelo menos aqui no nosso bairro”*.²⁴

A boa relação existente entre a TESE e os atores locais associados ao projeto e já referida quer pelos dirigentes da ASPAAB quer pela população local de Bafatá, é confirmada também pela autoridade administrativa local, na pessoa da Secretária do governo regional de Bafatá, Senhora Maria Antónia, que embora não estivesse em funções na sua fase inicial, teve conhecimento disso e confirma essa ligação constante e respeitadora ao longo de todo o processo de implementação do projeto. Considerou também o projeto muito louvável por ter ajudado a população da sua cidade que neste momento é das mais privilegiadas do país em termos de acesso a água potável e o governo regional só tem a agradecer à TESE, não apenas a resolução deste problema, mas também por os terem ajudado pelo fornecimento de materiais para os serviços nas instalações do governo regional.²⁵

Para finalizar, com este projeto em particular podemos também dizer que não houve aqui neocolonialismo porque a haver neocolonialismo tal implicaria a dominação ou a imposição do ator externo (TESE) face às autoridades centrais e locais sem nenhuma consulta prévia para a implementação do projeto, algo que nunca aqui teve lugar. Neste

²³ Nhaga, Jaime (2020) Bafatá: 2 de março.

²⁴ Sambu, Carla Gomes (2020) 2 de março.

²⁵ Antónia, Maria (2020) 3 de março.

projeto, as autoridades foram respeitadas e a Guiné-Bissau tratada como um Estado independente.

Estivemos, bem pelo contrário, em presença de Legitimidade de Entrada, pois tanto as autoridades centrais como as locais foram contactadas previamente e estiveram sempre a par do projeto como podemos constatar pelas entrevistas realizadas em local. E, sim, houve aceitação de modo que o projeto foi implementado na cidade de Bafatá e até já está a ser replicado pela TESE e o Estado guineense noutras cidades do país. O projeto foi feito de uma forma diferente daquilo que podemos chamar de intervenção neocolonialista e a Legitimidade de Entrada saiu a ganhar.

Com tudo isso pode dizer-se que o projeto da TESE em Bafatá, garantindo a Legitimidade de Entrada, veio fortalecer o Estado guineense, foi a prova de que o Estado existe, esteve presente e atento, interferiu, deixou a sua marca e autorizou um ator externo a implementar os seus projetos que previamente considerou válidos e de muito interesse para a comunidade de Bafatá.

Conclusão

A presente dissertação analisou a problemática do acesso à água potável pela população, causada pela limitação do Estado guineense e também não deixou de analisar algumas das causas que levaram a esta limitação.

Como é sabido, o país é um Estado independente, mas considerado um Estado limitado. Um Estado limitado que, como muitos outros no continente africano, é incapaz de chegar a toda a parte para cumprir com as suas obrigações junto da sua população, como é o caso particular do acesso à água potável na cidade de Bafatá, o estudo de caso desta dissertação.

Nesta dissertação conhecemos o precioso contributo da ONGD portuguesa TESE para a resolução deste grande problema, num projeto que teve como objetivo abranger o maior número de pessoas com acesso a água potável. O projeto foi um sucesso e desenvolveu-se em duas fases, a primeira fase *Bafatá Misti Iagu* (Bafatá Quer Água) e a segunda *Bafatá Misti Mas Iagu* (Bafatá Quer Mais Água), alargando os benefícios alcançados na primeira.

Também podemos comprovar com esta dissertação que apesar de várias críticas à cooperação para o desenvolvimento como criadora de dependência, chegamos à conclusão de que nem sempre tal se verifica. Este caso de Bafatá especificamente, mostra-nos que é possível não ser dependente a longo prazo.

Analisámos em pormenor o modo como se desenvolveu a participação desta ONG portuguesa e como se relacionou quer com as autoridades centrais e locais da Guiné-Bissau quer com a população local. Fica, assim claro que apesar das múltiplas críticas que tem acompanhado a cooperação para o desenvolvimento, referindo-a como criadora de dependência, podemos com segurança afirmar que nem sempre isso se tem verificado como se constata neste caso que estudamos. Depois de implementação do projeto, a ASPAAB, sendo uma ONGD local, passou a gerir o fornecimento da água em Bafatá através da gestão comunitária, dando-lhe continuidade e garantindo a sua independência ao longo prazo.

Tanto a TESE, como a UNICEF e a ASPAAB desempenharam e continuam a desempenhar um papel muito significativo no acesso a água potável na medida em que era um verdadeiro problema para muitas famílias bafatenses, que se viam obrigadas a

percorrer longas distâncias para a obter, passou a estar resolvido libertando-as dessa tarefa, dando-lhes mais tempo para se dedicarem as outras atividades. Também este projeto de água veio ajudar à melhoria da saúde principalmente das crianças que são mais vulneráveis e as mais expostas às doenças provocadas pela água.

Por fim, podemos concluir que com a implementação do projeto da água em Bafatá levado a cabo pela TESE, não houve neocolonialismo até porque o neocolonialismo implicaria a não consulta prévia, o que aqui não se verificou. Pelo contrário, confirmou-se a ida da TESE à Guiné-Bissau antes iniciar o projeto de modo a verificar com as autoridades centrais e locais onde a população tinha maior dificuldade de acesso a água potável, pelo que podemos afirmar que houve Legitimidade de Entrada.

A Legitimidade de Entrada foi um dos fatores de sucesso deste projeto no sentido de ter havido consulta prévia tanto às autoridades centrais e autoridades locais de Bafatá, como também à população local que é a sua beneficiária direta. A Legitimidade de Entrada foi o fator da maior importância na execução deste projeto que já está a ser replicado em várias outras cidades do país.

Limitações

Durante a pesquisa para a elaboração deste trabalho de dissertação deparei-me inicialmente com alguma escassez de informação, quer quanto a trabalhos anteriores sobre a temática escolhida, quer da que resultou das limitações impostas pela pandemia do Covid-19 que não possibilitou a visita à TESE em Lisboa nem a consulta à documentação disponível.

Aquando da minha deslocação à Guiné-Bissau de modo a conseguir mais informações acerca da cooperação entre Portugal e Guiné-Bissau, cheguei precisamente na altura em que se iniciava um conflito institucional de alguma gravidade que praticamente paralisou o país e as suas instituições, com mudança de governo que implicou uma substituição quase completa dos responsáveis da máquina do Estado.

Por isso mesmo, nem sempre foi fácil conseguir as informações pretendidas e ainda mais uma entrevista por parte das autoridades centrais, o que só foi possível depois de várias tentativas, tornando-se um verdadeiro desafio ao longo desta dissertação.

Bibliografia

Ayllón, Bruno (2006) “O sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas” *in* Beçak; Jum’ah; Lima; (eds.) *Revista de Economia e Relações Internacionais- Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado*. Vol. 5, n. 8 (2006) - São Paulo: FEC-FAAP, 2005. 5-19. Disponível em: http://www.faap.edu.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/revista_economia_08.pdf#page=5 [21/10/2020].

African Development Bank - ADB (2015) « 2015-2019 Country Strategy Paper» Disponível em: [Guinea-Bissau - 2015-2019 Country Strategy Paper.pdf \(afdb.org\)](#) [20/11/2020].

African Development Bank - ADB (2020) Disponível em: https://www.afdb.org/sites/default/files/2020/10/26/guinea_bissau_-_update_and_extension_of_the_country_strategy_paper_2 [15/11/2021].

Amado, Leopoldo (2005) "Guiné-Bissau, 30 anos de independência." *Africana Studia* 8.

ANEME (2018) “Estudo Guiné-Bissau” *Enquadramento Perspetivas de Desenvolvimento Levantamento e Caracterização das Empresas Comerciais e Industriais*. Lisboa. Disponível em: [ESTUDO guineBissau-1.pdf \(aneme.pt\)](#) [13/10/2021].

Annual Results Report (2017) Water, Sanitation and Hygiene. Disponível em: [Annual Results Report 2017 WASH.pdf \(unicef.org\)](#) [11/05/2021].

Baldursdóttir, Sigríður; Gunnlaugsson, Geir; Einarsdóttir, Jónína (2018) “Donor dilemmas in a fragile state: *NGO-ization of community healthcare in Guinea-Bissau*” *Development Studies Research* 5:sup1, S27-S39. Disponível em: [Donor dilemmas in a fragile state: NGO-ization of community healthcare in Guinea-Bissau \(tandfonline.com\)](#) [14/05/2021].

Beçak; Jum'ah; Lima; (2006) *Revista de Economia e Relações Internacionais- Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado*. Vol. 5, n. 8 (eds.) - São Paulo: FEC-FAAP, 2005. 5-19. Disponível em:

http://www.faap.edu.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/revista_economia_08.pdf#page=5 [21/10/2020].

Bizhan, Dr Nematullah (2018) “Aid and state-building, Part II: Afghanistan and Iraq” 28

Mar. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2018.1447369> [22/10/2020].

Blanco, Ramon (2009) “State-building: uma perspectiva crítica” *Programa de Doutorado Política Internacional e Resolução de Conflitos*, Nº 3, 2009. Disponível em:

https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n3/documentos/2_Ramon_Freitas.pdf [10/02/2020].

Boateng, Osman Antwi- (2017) “New World Order Neo-Colonialism: A Contextual Comparison of Contemporary China and European Colonization in Africa” *Africology: The Journal of Pan African Studies*, vol.10, no.2, April 2017. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Osman_AntwiBoateng/publication/319528719_New_World_Order_Neo-Coloni [21/10/2020].

Camões, I.P (2015) A história de Aisato. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/aed_historia_guine.pdf [13/ 05/2020].

Camões, I.P (2021) Áreas de atuação. Disponível em: [Atuação - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua \(instituto-camoes.pt\)](https://www.instituto-camoes.pt/atuacao) [17/05/2021].

Camões, I.P (2021) Relações de Cooperação entre Portugal e Guiné-Bissau: Enquadramento Geral. Disponível em: [Guiné-Bissau - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua \(instituto-camoes.pt\)](https://www.instituto-camoes.pt/guine-bissau) [17/05/2021].

CE (2002) “Communication From the Commission to the Council and the European Parliament” *Water Management in Development Cooperation. Brussels*. Disponível em: [Microsoft Word - en-com132.doc \(europa.eu\)](#) [29/09/2020].

CNE (1994) Resultado das Eleições Presidencial. Disponível em: [EG 1994 1 resultados.pdf \(cne.gw\)](#) [10/12/2021].

CNE (2000) Eleições legislativas e presidenciais. Disponível em: [EG 1999 2000.pdf \(cne.gw\)](#) [19/12/2021].

CNE (2004) Eleições Legislativas de 2004. Disponível em: [Legislativas 2004.xls \(cne.gw\)](#) [19/11/2021].

CNE (2008) Eleições Legislativas de 2008. Disponível em: [Legislativas 2008.xlsx \(cne.gw\)](#) [16/12/2021].

CNE (2014) Eleições Legislativas de 2014. Disponível em: [Legislativas 2014.xlsx \(cne.gw\)](#) [19/12/2021].

CNE (2019) Resultado das Eleições Legislativas de 2019. Disponível em: [LEGISLATIVAS 2019 \(cne.gw\)](#) [19/12/2021].

Curtis, Devon (2013) “The limits to statebuilding for peace in Africa” *South African Journal of International Affairs*. Department of Politics and International Studies, University of Cambridge, UK. Vol. 20, No. 1, 79-97. Disponível em: <https://sci-hub.tf/https://doi.org/10.1080/10220461.2013.780324> [22/09/2020].

Danert, Kerstin (2015) “Manual Drilling Compendium 2015” *Sustainable Groundwater Development*. Disponível em: [Rural Water Supply Network \(rural-water-supply.net\)](#) [20/05/2021].

DENARP II (2011) Guiné-Bissau: Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Disponível em: [Guiné-Bissau: Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza; Relatório do FMI No. 11/353; Junho 2011 \(imf.org\)](#) [26/07/2021].

Domatob, Jerry K. (1988) “Sub-Saharan Africa's Media and Neocolonialism” *Africa Media Review*, Vol. 3 No. 1. 1988. Disponível em: <file:///C:/Users/maria/Downloads/jamr003001010.pdf> [19/09/2020].

DENARP I (2004). Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/denarp/denarp.pdf> [14/04/2020].

DENARP II (2011). Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/denarp/denarp2.pdf>. [14/04/2020].

DRE- Direção Regional de Educação (2020) ODS. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods> [09/05/2020].

ODM (2015) Disponível em: <https://www.un.org/millenniumgoals/> [29/04/2020].

Djau, Umaro (2007) História da Guiné-Bissau. Disponível em: [História da Guiné-Bissau: 2007 \(historiadaguine.blogspot.com\)](http://historiadaguine.blogspot.com) [16/02/2021].

Egnell, Robert (2010) “The organised hypocrisy of international state-building” *Conflict, Security & Development*. 465-491. Disponível em: <file:///C:/Users/maria/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/egnell2010%20state%20building.pdf> [18/10/2020].

Ferreira, Patrícia Magalhães (2015) Ficha Temática: Cooperação para o Desenvolvimento. Disponível em: [aed_ficha_coop_desenvolv.pdf \(instituto-camoes.pt\)](aed_ficha_coop_desenvolv.pdf) [11/10/2021].

Gadgil, Ashok (1998) “Drinking Water in Developing Country” *Annual Reviews Energy Environ.* California. 253-86. Disponível em: <http://annualreviews.org> [18/10/2021].

Gauff (2018) “O projeto da água na Síria para UNICEF e a KfW. Disponível em: [Projeto de água na Síria para UNICEF e a KfW - GAUFF Engineering Kompetenz in Infrastruktur](http://projeto-de-agua-na-siria-para-unicef-e-a-kfw-gauff-engineering-kompetenz-in-infrastruktur) [03/07/2021].

Gentili, Davide (2014) “o acesso à água e ao saneamento nos países em desenvolvimento – a União Europeia, as ONGDs e o caso de Bafatá na Guiné-Bissau”. Disponível em: file:///C:/Users/HP/Desktop/BriefPaperCEsA1_2015%20sobre%20agua%20potavel%20na%20guine-bissau.pdf [15/05/2020].

Global Baseline Report (2019) WASH in health care facilities. Disponível em: [JMP-2019-wash-in-hcf.pdf \(washdata.org\)](JMP-2019-wash-in-hcf.pdf) [12/07/2021].

IPAD (2008) Cooperação Portuguesa. *Portugal: Guiné-Bissau - Programa Indicativo de Cooperação*. Disponível em: file:///C:/Users/HP/Desktop/pic_guine_08_11.pdf [23/10/2020].

INE (2018) Produto Interno Bruto da Guiné-Bissau. Disponível em: [Merged.pdf \(stat-guinebissau.com\)](Merged.pdf) [15/10/2020].

Isuani, Ernesto A. (1984) “Três enfoques sobre o conceito de Estado”. *R. C. pol.*, Rio de Janeiro, 27(1):35-48. jan./abr. 1984. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/viewFile/60372/58639> [15/10/2020].

Jarju, Abdou (2019) “*A instabilidade cronica da Guiné-Bissau: do Golpe de Estado de 1980-2018*”. Dissertação de Mestrado. Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança Defesa. Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: [Daddy_mine corrected thesis v2 \(002\).pdf \(ucp.pt\)](Daddy_mine_corrected_thesis_v2_002.pdf) [10/08/2021].

JMP (2019) Disponível em: <https://washdata.org/how-we-work/country-and-regional/regional-analysis>. [03/09/ 2019].

Kabonga, Itai (2016) “Dependency Theory and Donor Aid:A Critical Analisis” *Africanus Journal of Development Studies* Volume 46 | Number 2 | 2016 | pp. 29–39

Khaler, Miles (2008) “Aid and State-Building” The Graduate Center, City University of New York 3-4 April 2008. Disponível em: http://conflictfieldresearch.colgate.edu/wp-content/uploads/2015/02/Kahler_memo.pdf [21/10/2020].

Kosta, Aníran Ykey Pereira Kafft (2016) A Problemática do Sistema de Governo na Guiné-Bissau. Disponível em: [A Problematica do Sistema de Governo na Guine-Bissau.pdf \(uc.pt\)](#) [12/10/2021].

Krasner, Stephen D.; Risse Thomas (2014) “External Actors, State-Building, and Service Provision in Areas of Limited Statehood: Introduction” *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, Vol. 27, No. 4, October 2014 (pp. 545–567). Disponível em: http://regulationbodyofknowledge.org/wp-content/uploads/2016/08/External-Actors-State-Building-and-Service-Provision_Krasner-Risse_2014.pdf [18/10/2020].

Levi, M.; Sacks, A.; Tyler, T. (2009). *Conceptualizing Legitimacy, Measuring Legitimizing Beliefs. American Behavioral Scientist*, 53(3), 354–375. doi:10.1177/0002764209338797.

Mendes, Andre (2015) Bairros de Bafatá com melhor acesso à água com o Projeto “Bafatá Misti, Mas Iagu”. Disponível em: <https://www.renovaveismagazine.pt/bairros-de-bafata-com-melhor-acesso-a-agua-com-o-projeto-bafata-misti-mas-iagu/> [29/04/2020].

Medina, Aminta M. (2015) Implementação de Planos de Controlo de Qualidade da Água. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/16798/1/Relatorio%20de%20estagio%20Aminta%20Medina%20-%20VFinal.pdf> [26/ 04/ 2020].

Medeiros, Nuno (2016) “*Guiné-Bissau e o sector da água: Testemunhos profissionais e empresariais na Guiné-Bissau*”. Disponível em: [PowerPoint Presentation \(ppa.pt\)](#) [19/05/2020].

MICS (2014) Disponível em: https://www.unicef.org/infobycountry/files/unicef_MICS_Guinea-Bissau_2014.pdf [14/04/2020].

MICS (2020) “Monitorização da Situação da Criança e da Mulher” *Inquérito aos Indicadores Múltiplos 2018-2019*. Disponível em: [MICS4 Preliminary Findings \(unicef.org\)](https://www.unicef.org/mics4) [16/07/2021].

Miller, Anthony H. (2012) “Providing Aid to Fragile or Failed States: A Short Argument for Moderation,” *Pepperdine Policy Review*: Vol. 5, Article 4. Disponível em: <https://digitalcommons.pepperdine.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1037&context=ppr> [22/10/2020].

Moss, Todd; Pettersson, Gunilla; Walle, Nicolas van de (2005) “An Aid-Institutions Paradox? A Review Essay on Aid Dependency and State Building in Sub-Saharan Africa”. *The Mario Einaudi Center for International Studies Working Paper* 11-05. New York.

Mo Ibrahim (s.d.) “Index of African Governance”. Disponível em: [2020-index-report.pdf](https://www.moiindex.org/2020-index-report.pdf) [24/09/2020].

Ntalaja, Georges Nzongola- (2006) “Challenges to state building in Africa”. *African Identities* Volume 4 Number 1 2006 pp. 71-88.

<https://sci-hub.tf/https://doi.org/10.1080/14725840500268374> [09/10/2020].

OECD (2021) Definição de ODA. Disponível em: [Official Development Assistance \(ODA\) - OECD](https://www.oecd.org/development/official-development-assistance/) [20/02/2021].

Onuegbu, Festus C. (2014) “Neo-colonial Imperialism: The Trend and the Plight of African States” *International Journal of Research in Arts and Social Sciences*, Vol 7, No.1. Disponível em:

http://www.academicexcellencesociety.com/neo_colonial_imperialism.pdf

[18/10/2020].

ONU (2020) Centro Regional de Informação para Europa Ocidental. Disponível em: [Água - Nações Unidas - ONU Portugal \(unric.org\)](https://www.unric.org/) [14/05/2021].

Parenti, Stephanie (2011) “Neocolonialism construction and solutions” HIM 1990-2015. 1174. Disponível em:

<https://stars.library.ucf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2173&context=honorstheses1990-2015> [21/12/2020].

PEC (2015) Portugal-Guiné: Bissau. Disponível em: [PEC-GB_2015-2020 \(1\) PEG PT-GB.pdf](#) [20/07/2021].

PEC (2021) Portugal-Guiné: Bissau. Disponível em: [PEC_POR-GB_2021-2025_VF.pdf](#) [20/07/2021].

P3IP (2015) Cluster da Água: *Guiné-Bissau*. Disponível em: [GB-final_nmercados.pdf \(ppa.pt\)](#) [10/06/2020].

P3IP (2016) Cluster da Água: *Guiné-Bissau*. Disponível em: http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2016/10/GB-final_nmercados.pdf [16/05/2020].

PNUD (2006) A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água”. Disponível em: file:///C:/Users/HP/Downloads/undp-br-hdr_portuguese_summary-2006.pdf[15.10.2019].

PNUD (2019) “Além do rendimento, além das médias, além do presente: *Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*”. Disponível em: [hdr_2019_pt.pdf \(undp.org\)](#) [15/08/2020].

PNUD (2020) “A próxima fronteira: O desenvolvimento humano e o Antropoceno.” Disponível em: [hdr2020_pt.pdf \(undp.org\)](#). [20/06/2021].

RGPH (2009) População por região, sector e localidades por sexo censo. Disponível em: http://www.stat-guinebissau.com/publicacao/RGPH_2009.pdf [10/05/2020].

Risse, Thomas; Lehmkuhl, Ursula (2006) “Governance in Areas of Limited Statehood – New Modes of Governance?” SFB-Governance Working Paper Series. No. 1, December. Berlin. Disponível em: <https://refubium.fu->

berlin.de/bitstream/handle/fub188/19010/sfbgov_wp1_en.pdf?sequence=1

[15/10/2020].

Risse, Thomas (2012) “Governance Configurations in Areas of Limited Statehood” *Actors, Modes, Institutions, and Resources*. SFB-Governance Working Paper Series, No. 32, Research Center (SFB) 700, Berlin, March 2012. Disponível em:

[file:///C:/Users/maria/Downloads/wp32%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/maria/Downloads/wp32%20(5).pdf) [19/12/2020].

Risse, Thomas; Stollenwerk, Eric (2018) “Legitimacy in Areas of Limited Statehood” *Annual Review of Political Science*, 21:403–18. Disponível em:

<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-polisci-041916-023610>

[25/10/2020].

Roberts, J. Timmons; Hite, Amy Bellone and Chorev, Nitsan (2015) “*Dependency and Beyond*” *The Globalization and Development Reader Perspectives on Development and Global Change*, Second Edition. Disponível em: [The Globalization and Development](#)

[Reader \(usal.es\)](#) [19/03/2021].

Rotberg, Robert I. (2003) “*Failed States, Collapsed States, Weak States: Causes and Indicators*” chapter one. Disponível em:

https://www.brookings.edu/wpcontent/uploads/2016/07/statefailureandstateweaknessina-timeoferror_chapter.pdf [10/10/2020].

Salami, Adeleke; Stampini, Marco; Kamara, Abdul; Sullivan, Caroline; Namara Regassa (2011), “*Development Aid and Access to Water and Sanitation in sub-Saharan Africa*”, Working Paper Series N° 140, African Development Bank, Tunis, Tunisia.

Sangreman, Carlos; Sousa Jr, Fernando; Zeverino, Guilherme; Barros, Miguel (2006) “A evolução política recente na Guiné-Bissau: As eleições presidenciais de 2005; Os conflitos; O desenvolvimento; A sociedade civil”. *Documentos de Trabalho n° 70*, Lisboa, CESA.

Soares, Tiago L. R. de Castro (2013) *Desafios à paz na Guiné-Bissau: O papel da etnicidade na Reforma do Setor de segurança*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade de Coimbra. [TiagoSoares \(uc.pt\)](http://TiagoSoares.uc.pt)

Sousa, Julião Soares (2011) “Amílcar Cabral (1924-1973)” Vida e morte de um revolucionário africano. Nova Veja e Autor, 1ª edição.

Stone, Jeffrey C. (1987) “Imperialism, colonialism and cartography” *Senior Lecturer, Department of Geography, University of Aberdeen, Aberdeen AB9 2UF Revised MS received 9 March, hispengeo/documentos/Imperialism.pdf*.

Tarp, Finn, (2006) *Aid and Development*. Swedish Economic Policy Review 13(2):9-61. Available at SSRN: Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2537701> [15/10/2020].

TESE (2014) Projeto Bafatá Misti Iagu. Disponível em: <https://www.tese.org.pt/index.php/quem-somos> [11. 05. 2020].

UCLA (2015) Disponível em: <https://www.uccla.pt/membro/bafata> [13/ 05/2020].

UNIOGBIS (2017) Relatório sobre o Direito à Saúde na Guiné-Bissau. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Countries/GW/RightHealthGuineaBissau_PT.pdf [13/05/2020].

UNICEF (2016) Water Sanitation and Hygiene. Disponível em: https://www.unicef.org/wash/3942_4456.html [03/05/2020].

UNICEF (2017) Annual Report. Disponível em: https://www.unicef.org/about/annualreport/files/Guinea_Bissau_2017_COAR.PDF[20.04.2020].

UNICEF (2020) O acesso à água, saneamento e higiene. [Programas e Iniciativas @ UNICEF – Para TODAS as CRIANÇAS](#) [20/10/2021].

UNICEF (2021) WHO/UNICEF Joint Monitoring Programme for Water Supply |Sanitation and Hygiene. Disponível em: [WHO/UNICEF Joint Monitoring Programme for Water Supply, Sanitation and Hygiene \(JMP\) | UN Water \(unwater.org\)](#) [23/12/2021].

Water Aid (2011) “Off-track, off-target” *Why investment in water, sanitation and hygiene is not reaching those who need it most*. Policy report, November.

Anexos

Anexo A - Mapa da Guiné-Bissau



Anexo B

Perguntas feitas durante o trabalho de campo realizado na Guiné-Bissau (Bafatá e Bissau) e com a Coordenadora do projeto da TESE na Guiné-Bissau que na altura estava por Lisboa.

Perguntas feitas ao Dr. Carlos Tipote:

- 1) Quando as ONGs chegam a Guiné-Bissau para implementar o projeto são eles que escolhem localidade, cidade ou são as entidades guineenses que indica os sítios com mais dificuldades?
- 2) Quando a TESE chegou a Guiné-Bissau ouve aceitação (legitimidade) de implementarem o projeto logo à primeira?
- 3) Como as autoridades guineenses costumam ver as ONGs na Guiné-Bissau: como um parceiro ou como algo que os vem substituir?

Anexo C

Perguntas feitas ao Senhor Mussa Sanha responsável da ASPAAB:

- 1) A ASPAAB é uma empresa ou organização pública, privada ou público-privada? E se é, ou não, sem fins lucrativos?
- 2) Em que ano foi criada a ASPAAB?
- 3) Como surgiu a ideia de criação da ASPAA?
- 4) Para atingir os seus objetivos a ASPAAB recebe apoio do Estado central (da Guiné-Bissau) ou apenas da estrutura dos governos regional ou local?
- 5) Como surgiu a ideia de se juntar com a TESE nos projetos “*Bafatá Misti Iagu*” e *Bafatá Misti Iagu Mas*”?
- 6) Há algum motivo para o não fornecimento de água em alguns fontanários do Bairro Ponta Nova?
- 7) A principal área de atuação da ASPAAB é em Bafatá, ou tem filiais noutras regiões ou setores do país?
- 8) O Senhor Mussa Sanha pode informar-me do número aproximado de habitantes que a ASPAAB costuma abastecer de água?
- 9) Na minha visita a Bafatá só consegui falar com os utilizadores de fontanários. O preço da água aplicado nos fontanários é igual ao do fornecimento ao domicílio?
- 10) Pelo que me apercebi ao falar com os cidadãos de Bafatá, a ASPAAB já existia há muito tempo. A minha pergunta é: quando a TESE chegou a Bafatá os senhores viam a TESE como um parceiro ou mais como um concorrente? Ou desde o início do projeto trabalharam juntos?
- 11) Tendo em conta que algumas das infraestruturas serão ainda da época colonial, com que periodicidade é feita a respetiva manutenção?

Anexo D

Perguntas feitas a Dra. Lara Espírito Santo coordenadora do projeto da TESE na Guiné-Bissau:

- 1) Como surgiu a ideia de criar o projeto em Bafatá?
- 2) Porquê Bafatá?
- 3) De que forma o governo da Guiné-Bissau reagiu à chegada da TESE?
- 4) Como reagiu a população de Bafatá?
- 5) Quais foram as dificuldades encontradas na implementação do projeto?
- 6) Quando a TESE chegou à Guiné-Bissau o governo encarou-vos como quem os vem substituir ou como uma ajuda?
- 7) Como resumir o primeiro contato com as autoridades (administrativas) locais de Bafatá?
- 8) Quando chegaram a Bafatá a população encarou o projeto como sendo um ato de neocolonialismo ou, pelo contrário, como algo que os veio beneficiar?
- 9) Como surgiu a ideia da parceria com a ASPAAB?
- 10) Houve apoio por parte do Estado/governo da Guiné-Bissau na implementação do projeto? Se sim, qual?
- 11) Houve aceitação no sentido de legitimidade da TESE por parte do Estado/governo central e local bem como dos cidadãos de Bafatá?
- 12) Os objetivos defendidos pela TESE foram atingidos? Se sim, em que medida?
- 13) Podemos dizer que o projeto foi um sucesso?
- 14) Qual o orçamento de cada um dos projetos?

Anexo E

População local (Bafatá)

Primeiro Entrevistado: Senhor Jaime Nhaga responsável pelo fontenário (**Bairro ponta nova**):

- 1) A vinda da TESE para Bafatá foi solicitada por vocês (Moradores) ou foi a própria Tese que vos procurou para implementar o projeto?
- 2) Quando vos vieram procurar para implementar o projeto usando a estrutura existente ouviu alguma recusa da vossa parte?
- 3) O pagamento do fornecimento de água era feito no final de mês?
- 4) Antes do projeto as pessoas deslocavam-se a uma distância muito considerável à procura da água?
- 5) Por quanto tempo costuma vir a água?
- 6) Antes do fontenário ter sido colocado aqui onde costumavam ir buscar a água para o consumo?

Anexo F

Segundo Entrevistado: Senhor Cande Djabi Cassama, Responsável do segundo fontanário do **Bairro ponta Nova**:

- 1) A água costumava vir todos os dias?
- 2) O fontanário está encerrado por aquilo que estou a constatar, certo? Ha quanto tempo está encerrada?
- 3) Neste momento a água para beber que sabemos ser essencial aonde estão a ir buscá-la?
- 4) O poço onde estão a ir buscar a água neste momento é longe? Qual é distancia?

Anexo G

Terceiro entrevistado: Suleimane Darame responsável do fontanário **Bairro Ponta Nova**:

- 1) Há quanto tempo não há água no fontanário?
- 2) Quando havia água costumava haver o dia todo, ou apenas em horários fixados?
- 3) Quando havia água aqui no fontanário facilitava-vos muito?

Anexo H

Quarta entrevistada: Senhora Carla Gomes Sambu, **Rua Porto Bairro 1:**

- 1) O fontanário já aqui existia antes do projeto da TESE ou é recente?
- 2) E quando vem água quanto tempo costuma demorar? Ou há água o dia todo?
- 3) Antes de passar para ASPAAB ou antes da TESE havia água na gestão de Recursos Hídricos?
- 4) Onde costumam ir buscar água quando não há aqui no fontanário, costuma demorar mais ou menos quantos minutos?
- 5) Conhecendo a realidade da mulher na Guiné-Bissau e sabendo que as tarefas de casa são da inteira responsabilidade das mulheres, a utilização do fontanário até meados de 2015, por aquilo que eu apercebi, dava muito jeito para senhora e para outras mulheres também?

Anexo I

Lista dos Presidente da República da Guiné-Bissau

Presidente	Período de Mandato	Notas importantes
Luís Cabral	1973-1980	Foi afastado por consequência de um Golpe de Estado.
João Bernardo Vieira	1980-1984??	
Cármen Pereira	1984	Interina
João Bernardo Vieira	1984-1999	O presidente tinha os cargos acumulados de Primeiro-ministro, Comandante das FARP e Secretário-Geral do PAIGC, (Amado, 2005: 126). Nota: “Acumulou com a função de Primeiro-Ministro pelo menos até ao início dos anos 90”.
Malam Bacai Sanhá	1999-2000	Foi Presidente interino depois do afastamento do João Bernardo Vieira, no decorrer da guerra civil de 1998.
Kumba Yalá	2000-2003	Deposto em 2003 por um golpe de estado, abrindo o caminho para um período de transição de dois anos.
Veríssimo Correia Seabra	2003	General e líder do golpe de estado, foi Presidente interino após o Kumba Yalá ter sido deposto.
Henrique Pereira Rosa	2003-2005	Substituiu o General Veríssimo Correia Seabra no período de transição após Kumba Yalá ter sido afastado pelo golpe de estado.
João Bernardo Vieira	2005-2009	Depois de ter abandonado o país nos finais de anos 90, regressou e foi reeleito em 2005, não tendo terminado

		o seu mandato por ter sido assassinado em 2009.
Raimundo Pereira	2009	Presidente interino até a realização da eleição que culminou com a vitória de Bacai Sanhá.
Malam Bacai Sanhá	2009-2012	Faleceu em janeiro de 2009 e foi substituído pelo Raimundo Pereira.
Raimundo Pereira	2012	Assumiu a Presidência interina após a morte de seu antecessor e meses depois foi deposto pelo golpe de estado.
Manuel Serifo Nhamadjo	2012-2014	Foi o Presidente da transição até 2014. Nas eleições presidenciais e legislativas desse ano, o José Mário Vaz saiu como vencedor a nível presidencial e Domingos Simões Pereira como Primeiro-Ministro.
José Mário Vaz	2014-2020	Vencedor da eleição Presidencial de 2014, o único que terminou o mandato pelo menos desde a independência do país.
Umaro Sissoco Embaló	2020 à data presente	Vencedor das eleições Presidenciais em novembro de 2019.

Fonte: Com base em Kosta, Aníran, 2016:40; Soares 2013; CNE e adaptação da autora

Anexo J

Lista dos Primeiros-Ministros da República da Guiné-Bissau

Primeiros-Ministros	Períodos de Mandato	Notas importantes
Francisco Mendes	1974-1978	Foi o Primeiro-ministro de setembro de 1973 a julho de 1978. É de lembrar que ele não foi exonerado e nem deposto, mas, sim faleceu ainda durante o seu mandato.
Constantino Teixeira	1978	Foi Primeiro-ministro por pouco mais de dois meses, e que acabou por ser exonerado.
João Bernardo Vieira	1978-1980	Ocupou o cargo do Primeiro-ministro de setembro de 1978 a novembro de 1980.
Victor Saúde Maria	1982-1984	Foi o Primeiro-ministro de maio de 1982 a maio de 1984.
João Bernardo Vieira	1984-1991	Regressa ao cargo de Primeiro-ministro.
Carlos Correia	1991-1994	Foi o Primeiro-ministro de dezembro de 1991 a outubro de 1994, ano em que foi realizada a primeira eleição democrática.
Manuel Saturnino da Costa	1994-1997	Nomeado Primeiro-ministro da primeira eleição democrática, cargo

		esse que ocupou de outubro de 1994 a junho de 1997.
Carlos Correia	1997-1998	Primeiro-ministro de junho de 1997 a dezembro de 1998.
Francisco José Fadul	1998-2000	Primeiro-ministro de transição para o período de dois anos após a realização da eleição legislativa onde o PRS saiu como vencedor.
Caetano N'tchama	2000-2001	Ocupou o cargo de Primeiro-ministro de fevereiro de 2000 a março de 2001.
Faustino Imbali	2001	Foi Primeiro-ministro de março a dezembro do ano 2001.
Alamara Nhasse	2001-2002	Ocupou o cargo de Primeiro-ministro de dezembro de 2001 a novembro de 2002.
Mário Pires	2002-2003	Foi Primeiro-ministro de novembro de 2002 a meados de outubro de 2003.
Artur Sanhá	2003-2004	Foi nomeado Primeiro-ministro de setembro de 2003 a maio de 2004.
Carlos Gomes Júnior	2004-2005	Candidato do PAIGC vencedor das legislativas de 2004, acabou por ser exonerado um ano após a

		sua eleição pelo então Presidente João Bernardo Vieira.
Aristides Gomes	2005-2007	Nomeado pelo João Bernardo Vieira depois da exoneração de Carlos Gomes Júnior.
Martinho Ndafo Kabi	2007-2008	Nomeado pelo então Presidente João Bernardo Vieira de abril de 2007 a agosto de 2008.
Carlos Correia	2008-2009	Desempenhou o cargo de agosto de 2008 a janeiro de 2009.
Carlos Gomes Júnior	2009-2012	Vencedor das eleições legislativas, foi deposto pelo golpe de estado de abril de 2012.
Rui Duarte de Barros	2012-2014	Nomeado como Primeiro-ministro após o golpe de estado de 2012.
Domingos Simões Pereira	2014-2015	Vencedor da eleição legislativa de 2014, que colocava fim a mais um período de transição após o golpe de estado de 2012, foi demitido pelo Presidente José Mário Vaz após um ano de mandato.
Baciro Djá	2015	Nomeado pelo Presidente José Mário Vaz, pediu a sua demissão ainda antes

		de completar um mês em funções após o Supremo Tribunal de Justiça ter pedido a anulação do Decreto presidencial da sua nomeação.
Carlos Correia	2015-2016	Ocupou o cargo de Primeiro-ministro de setembro de 2015 a maio de 2016.
Umaro Sissoco Embaló	2016-2018	Ocupou o cargo do Primeiro-ministro entre 2016 e 2018.
Artur Silva	2018	Foi Primeiro-ministro entre janeiro e abril de 2018.
Aristides Gomes	2018-2019	Primeiro-ministro de abril de 2018 a outubro de 2019.
Faustino Imbali	2019	Exerceu o cargo de Primeiro-ministro entre outubro e novembro do mesmo ano.
Aristides Gomes	2019-2020	Nomeado Primeiro-ministro, exerceu o cargo de novembro de 2019 a fevereiro de 2020, altura em que foi deposto pelo atual presidente.
Nuno Gomes Nabiam	De fevereiro de 2020 à data presente.	Nomeado para o cargo depois de Aristides Gomes ter sido demitido pelo então Presidente Umaro Sissoco

		Embaló em fevereiro de 2020.
--	--	------------------------------

Fonte: Com base em Soares (2013); CNE e com adaptação da autora.

Anexo L



Figura 6: Durante a minha visita a sede da ASPAAB.



Figura 7: Sede da TESE em Bafatá.



Figura 8: Um dos fontanários do Bairro Coburnel.



Figura 9: Fotografia de poço de um dos Bairros em Bafatá.



Figura 10 : Direção Geral dos Recursos Hídricos de Bafatá.



Figura 11: Um dos fontanários da Rua Porto, Barro 1.



Figura 12: Um dos fontanários do Bairro Ponta Nova.